

EDIÇÃO 03

MARÇO 2021

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E



PROMOVINVEST

Promover o investimento
cá dentro e lá fora

promovinvest.com

p/ 12

Grande Entrevista

Cláudia Pereira, Secretária de Estado para a Integração e as Migrações

p/ 26.

Migrações. Por Gilda Pereira

A novidade da década: os Nómadas Digitais

p/ 30.

Artes e artistas lusos. Por Terry Costa

Fios, desenhos e pinceladas. As telas de Sónia Aniceto

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 36.

Ambiente. Por Vítor Afonso

Fundo Ambiental. Receitas, despesas e opacidade!

p/ 42.

Literatura portuguesa: Aquilino Ribeiro - Parte II

Pelo diretor da revista literária “aquilino”, Paulo Neto

p/ 46.

Saúde e bem estar. Por Fátima Oliveira

Como será o futuro depois da pandemia

Obra de capa

Título: O encontro “KUDISSANGA”

Dimensões: 35 x 27

Técnica: Acrílico, caneta s/papel

Descrição da obra:

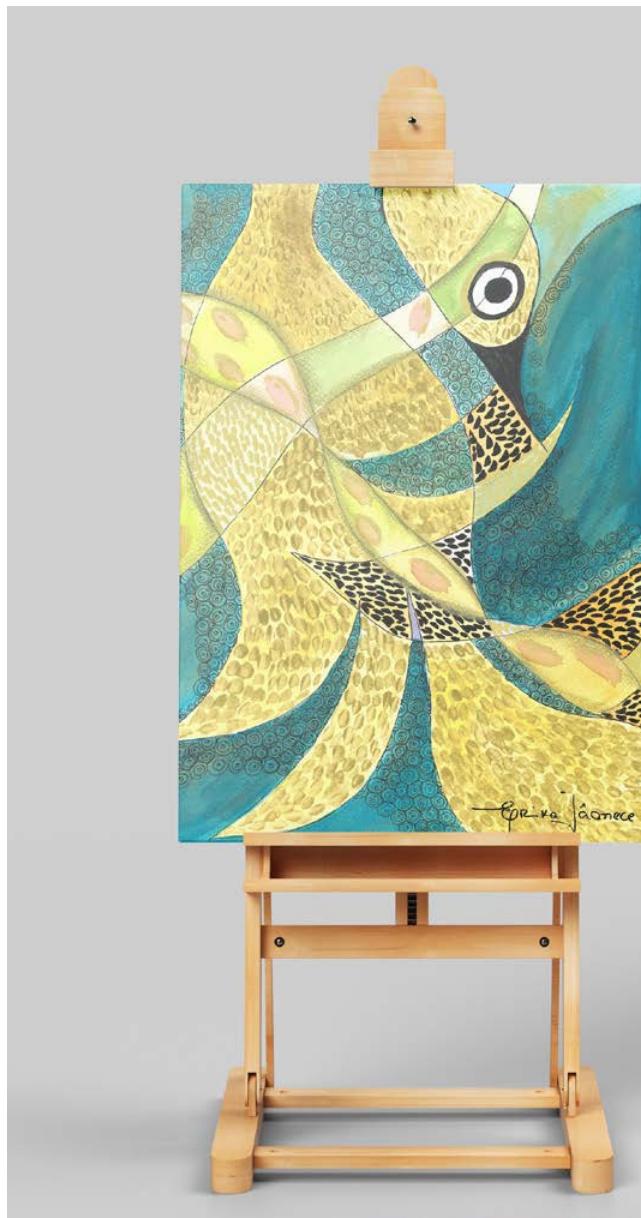
Kanjinvi desde que descobriu que tem o dom de voar, em cada novo dia lança-se no prazer da aventura de ir cada vez mais alto e mais longe!

É uma ave manifestamente feliz! Tem liberdade! É uma sensação preciosa de que ele tem vindo a usufruir e muito tem sabido apreciar.

Um dia, bem normal, Kanjinvi acordou e voou. De repente vê uma ave e fica como tomado por um feitiço, conforme se diz em África quando somos confrontados com algo inexplicável. Na fugaz troca de olhares e de cantos, ambos foram tomados de recíproco encantamento. O Feitiço deu-se! Cada um seguiu o seu caminho, mas Kanjinvi não pode mais esquecer essa ave que o deixou fascinado pela beleza e cores da sua plumagem.

Erika Jâmece

brasdecapa@descendencias.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Comercial** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Alfredo Stoffel, Branca Célia Dias, Cristina Passas, Fátima Oliveira, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, José Martinho, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Pedro Guerreiro, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sonia Coelho, Tiago Sabarigo, Tiago Robalo, Vitor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Le-

tras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e ii), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 03 Março 2021, GRATUITA

Editorial

Chegou o mês de março, com os números da pandemia a baixar, o processo de vacinação em curso e com muitas comemorações importantes, convidamos os nossos leitores a acompanhar-nos nesta aventura, que é como quem diz, nesta leitura!

A Obra de capa de Erika Jâmece e a descrição que faz de Kanjinvi (macho) e Lueji (fêmea), sem dúvida, o retrato e a imagem perfeita para homenagear as mulheres no “Dia Internacional da Mulher”, colocando a mulher no pedestal da beleza, do fascínio e das suas admiráveis qualidades.

Um “voo” que não se faz sozinho, mas em “parceria”, tal como o demonstra a AILD, naquele que tem sido o seu “caminho de eleição”, um caminho capaz de nos levar mais longe e mais felizes. Uma felicidade que tem de ser assegurada pela igualdade de oportunidades, “os de cá e os de lá”, como afirma Philippe Fernandes, pois, afinal de contas somos todos portugueses. Tão verdade, ao termos a oportunidade de ler o testemunho de Katia Caramujo, que apesar da distância, mantém-se sempre próxima das suas raízes lusófonas e do seu encanto por Portugal.

Num mês em que se comemora o Dia da Proteção Civil, o Dia da Discriminação Zero e o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, nada melhor que ler a Grande Entrevista da Secretaria de Estado Para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, que nos abriu a porta, o coração e o seu sorriso.

Mas a novidade da década são os “Nómadas Digitais”, tal como nos conta Gilda Pereira, CEO da Ei!, enquanto Luísa Semedo, Conselheira do CCP nos fala da “Liberdade, Igualdade e Saudade”, num retrato perfeito, pintado por Sónia Aniceto, que nos deslumbra com a sua arte!

No mês em que também, se comemora o Dia Internacional Pela Defesa dos Rios e o Dia Internacional das Florestas, esta compilação de saberes e sabores, não ficaria completa sem falarmos de ambiente – Fundo Ambiental, através de Vítor Afonso.

Paulo Neto, diretor da revista literária “aquilino”, partilha connosco a Parte II do seu ensaio sobre o Mes-

tre Aquilino Ribeiro, umas das referências da escrita e da literatura portuguesa. E por falar em escrita, Paulo Colaço, assessor de comunicação, conta-nos o que é isso afinal da “Escrita Criativa”.

E se até aqui falamos da alma, Fátima Oliveira, falamos do corpo, da saúde e bem-estar no “pós-pandemia”. Sugerimos também uma relaxante visita ao Rio Moment’s – Country House Paiva Valley, em Castelo de Paiva, permitindo ter o melhor de dois mundos: o descanso do corpo e da alma. Aproveite e leve consigo a “Descendências Magazine”, para ler a seleção de poemas de Gilda Pereira, no mês em que se comemora o Dia Mundial da Poesia.

Mas se pretende programar uma viagem para fora, damos-lhe a conhecer – Chiang Mai – Tailândia, para uma aventura inesquecível. Enquanto Pedro Guerreiro nos traz uma interessante reflexão sobre a “A teoria dos universos paralelos no mundo dos vinhos”, destacando a tal importância das parcerias.

Como “não só de vinho vive o homem”, vamos seguir os conselhos do Chef Tiago Sabarigo para saber “o que não se deve fazer na cozinha”. Quando erramos, nem sempre “voltar atrás” é um erro, como tão bem nos explica Marco Neves.

Terá o Brexit sido um erro da política externa britânica? Importa agora saber, através de Madalena Caldeira e Francisco Rodeia Gomes da Abreu Advogados, como fica a “Proteção Social”, após os acordos. Continuando no tema do direito, Rogério Fernandes Ferreira, fala-nos da “Suspensão da justiça tributária”, enquanto Philippe Fernandes, CEO da Cisterdata, nos fala do “Pote de Ouro”.

Finalmente, fico com a responsabilidade de uma referência ao Dia do Pai, aquela pessoa tão especial e tão importante nas nossas vidas e portanto, sinto-me pequena para tal responsabilidade, recorrendo a uma citação de Taiane Sedenho, que resume a importância de um pai – do nosso pai:

“Pai, que bom seria se a vida te fizesse eterno”.

Marcamos novo encontro no dia 1 de abril, acreditem, não é mentira!



Fátima Magalhães
Diretora

AILD

Parcerias...o nosso caminho de eleição

“Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo.”

Provérbio Africano

Desde o primeiro momento que a AILD definiu como estratégia de ação, um caminho assente em parcerias, rentabilizando meios, otimizando recursos, reduzindo dificuldades e criando novas dinâmicas, onde todos possam sair beneficiários de uma estratégia conjunta.

E se essa era a nossa intenção e propósito inicial, tem sido efetivamente essa a nossa ação onde temos vindo a “colecionar” parcerias, aprendido imenso com elas, renovando práticas, somando experiências, e descobrindo que os nossos parceiros não são apenas aqueles que somam afinidades extremas, mas pelo contrário, são aqueles que juntam diferenças e que assim nos completam.

Se em alguns casos somos nós que vamos à procura de parceiros, em muitos outros (e cada vez mais), são parceiros que vêm ao nosso encontro, o que nos deixa muito felizes, pois, significa que o nosso valor começa a ser reconhecido e nos motiva ainda mais a con-

tinuar o nosso caminho. O estabelecimento de parcerias estratégicas não é mais do que uma cooperação entre as diferentes organizações, permitindo e potenciando a inovação e o alcance de novas metas, alavancando novos resultados através de sinergias criadas.

Naturalmente, que haverá parcerias que resultem melhor que outras, que permitem mais ou menos ganhos e alcançar mais ou menos resultados, mas em todas elas tem havido relações muito positivas a vários níveis, mas sobretudo, temos tido algo que é extremamente importante para nós – o aumento da nossa rede de contactos e das nossas relações, dando uma dimensão e força cada vez maior à AILD.

No final de um primeiro ano de existência e já num segundo ano em curso, parecemos importante partilhar esta nossa realidade com os nossos leitores e associados, pois, temos vindo a estabelecer cada vez mais parcerias, com a cer-

teza comprovada que acompanhados vamos mais longe, somos mais fortes, alcançamos mais e melhores resultados, e somos mais felizes.

Um outro fator importante a destacar, é nós não conseguirmos estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas com recurso a soluções tecnológicas tem sido possível estabelecer relações humanas não presenciais e parcerias estratégicas de qualidade. O que para a AILD, dada a sua natureza enquanto associação internacional, que precisa estar em contacto com o mundo e o mundo connosco, tem sido extremamente importante e uma aventura extraordinária. A abordagem ao tema é precisamente pela intensidade que temos vindo a dar à criação de parcerias e que sem qualquer dúvida tem sido um “combustível aditivado”, para um “motor” cada vez mais potente e oleado – a nossa equipa, associados e parceiros.

Vamos continuar a “colecionar” parcerias! Junte-se à AILD!

Nos últimos anos uma nova vaga de portugueses tem saído de Portugal para o desempenho de funções no estrangeiro. Nos tempos atuais, temos sentido a falta, principalmente, do grande número de enfermeiros e médicos, grande mais-valia para os países de acolhimento, mas cuja ausência é agora notada nos hospitais portugueses, começando a ser modestamente compensada pela vinda de profissionais estrangeiros....

A decisão destes jovens portugueses de rumarem para o estrangeiro, não deverá ter sido fácil, já que para trás deixam amigos, familiares, amores, o seu doce lar, talvez sonhos, os direitos de cidadania e ainda mais grave, colocam os seus filhos nascidos no estrangeiro em risco de perderem a nacionalidade portuguesa. A saída destes profissionais melhora as taxas de desemprego em Portugal, facilita a vida

para os que ficam e sobretudo equilibra a balança de pagamentos portuguesa. É impressionante o volume das remessas dos nossos emigrantes, que são dos mais elevados entre todos os países da União Europeia, talvez porque os portugueses mantenham uma grande ligação ao seu país, aos seus e o desejo de voltarem está sempre presente.

Há países europeus com menos nacionais no estrangeiro, e que lhes oferecem melhor assistência nos países onde estabelecem a nova residência, como por exemplo escolas, representação política nos parlamentos nacionais e facilidade de acesso ao voto.

Os portugueses no estrangeiro deverão ser facilmente 7 milhões, a grande parte jovem e ativa. Decerto que haverá mais população ativa fora de Portugal que em Portugal. Portugal caminha a passos largos para se transformar no grande lar de idosos.

| **AILD**

Hora da Incerteza

Apesar do número significativo de portugueses residentes no estrangeiro e do seu contributo significativo para Portugal, o seu país não os tem tratado com o devido respeito. Não têm uma representação proporcional no parlamento português, e o acesso ao voto, acaba por ser tão tortuoso, que desmotiva os mais patrióticos. O simples ato de acesso ao cartão de cidadão é um processo penoso, e mesmo tendo acesso, este é incompleto, porque vem sem número de segurança social. Deste modo, mesmo com um documento válido são obrigados a pedir um novo quando regressam, somente para terem o seu número de segurança social como qualquer outro cidadão que não saiu de Portugal. Os seus filhos dificilmente terão acesso ao ensino da língua

portuguesa e por conseguinte, perderão, provavelmente, o direito a acederem à nacionalidade portuguesa. Quando um dia pedirem a reforma deverão talvez esperar dois a três anos para acederem a esse direito.

O *simplex*, a evolução tecnológica e o respeito, parecem não estar ao serviço destes portugueses que muito fazem e prestigiam o seu país. Talvez por isso faça sentido tratá-los como fazendo parte da *Diáspora*, refletindo a diferença dos de cá e dos de lá. Não se deveria dar o mesmo tratamento a todos os portugueses independentemente do seu país de residência, somos ou não somos todos iguais? Somos todos portugueses, uma única nação, uma única comunidade...



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

| A I L D

Katia Caramujo

Idade: 32

País de nascimento:
Canadá

Cidade onde reside:
Toronto, Canadá
Origens lusófonas:
Tocha, Cantanhede,
Portugal



O que faz profissionalmente?

Sou Administrativa numa empresa de construção civil aqui em Toronto.

Desafios e projetos para 2021?

Gostava de concretizar a viagem à Grécia que tinha planeada para 2020, se a pandemia melhorar e assim o permitir. Tenho, também na lista, completar outro curso profissional (porque o saber não ocupa lugar!), explorar novos desafios profissionais, e trabalhar na reabertura da Casa das Beiras, perspectivando também a realização da celebração do Dia de Portugal (dependendo do estado da pandemia).

Em 2020 trabalhei bastante no desenvolvimento pessoal e espero em 2021 continuar essa trajetória, aprendi que primeiro temos de cuidar da nossa saúde e a seguir sim cuidar dos outros. Além disso, na lista consta ainda, aprender as receitas mais tradicionais que a minha mãe aprendeu da minha avó. Este confinamento é a altura ideal para explorar mais esse lado culinário e gastronómico!

Considera importante a existência de políticas e ações para uma maior aproximação de Portugal às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo? O que poderia ser feito nesse sentido?

Sim, sem dúvida, considero importante e especialmente



nos tempos de hoje com tantos portugueses sem poderem viajar devido às restrições da Covid-19. Iniciativas como o Curso Mundial de Dirigentes Associativos da Diáspora, no qual tive o privilégio de participar na sua primeira edição, são muito bons para aproximar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e ao mesmo tempo promovem o intercâmbio entre os vários países, ensinando igualmente os dirigentes a formar pedidos de apoio ao Governo Português. A criação da AILD também foi uma excelente iniciativa, já que torna menor a distância que nos separa e serve de plataforma para promover as ações de proximidade, mantendo os associados e os seus apoiantes informados com as atividades das comunidades lusófonas. Talvez se pudesse organizar um encontro virtual com as comunidades lusófonas, ou até um reencontro das várias edições dos Cursos Mundiais, especialmente nos dias de hoje seria importante essa reaproximação.

O que mais gosta em Portugal?

A sua beleza natural, tanto da cidade como do campo, assim como da praia. A hospitalidade, a gastronomia, os vinhos, a casa dos meus pais... adoro a história, a cultura e as tradições portuguesas.

O que menos gosta?

De estar na zona da praia em pleno Agosto quando se torna impossível arranjar espaço para estacionar o carro. Das moscas e das melgas nesse período do ano! E particularmente de ter de me despedir da minha família, com aquele “até para o ano” sem saber se vai ser mesmo “até para o ano”.



Por que se tornou associada da AILD?

Acho importante para o meu envolvimento no associativismo e espero poder aprender mais sobre a AILD e as suas iniciativas, para poder partilhar com os meus colegas nas associações em Toronto. Também acho importante apoiar as iniciativas dos nossos amigos e estar mais informada com a situação atual das comunidades lusófonas, porque efetivamente, juntos somos mais fortes. A criação de uma associação “guarda-chuva” vai ajudar imenso na comunicação entre as comunidades e também, com o contato com o nosso país.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida?

Quando isto tudo começou, os dias eram mais suportáveis. Infelizmente, neste momento, tive de aceder ao fundo de desemprego porque a empresa onde trabalho foi afetada devido à pandemia. Acho que estou, tal como a maior parte do mundo, cansada desta nova rotina e com imensas saudades de viajar, de estar com os amigos/família e de ir a um restaurante! Nunca senti tanta falta de estar com os meus amigos, de uma festa numa das nossas associações, de ir conhecer um novo restaurante, enfim de ir à rua sem usar máscara.

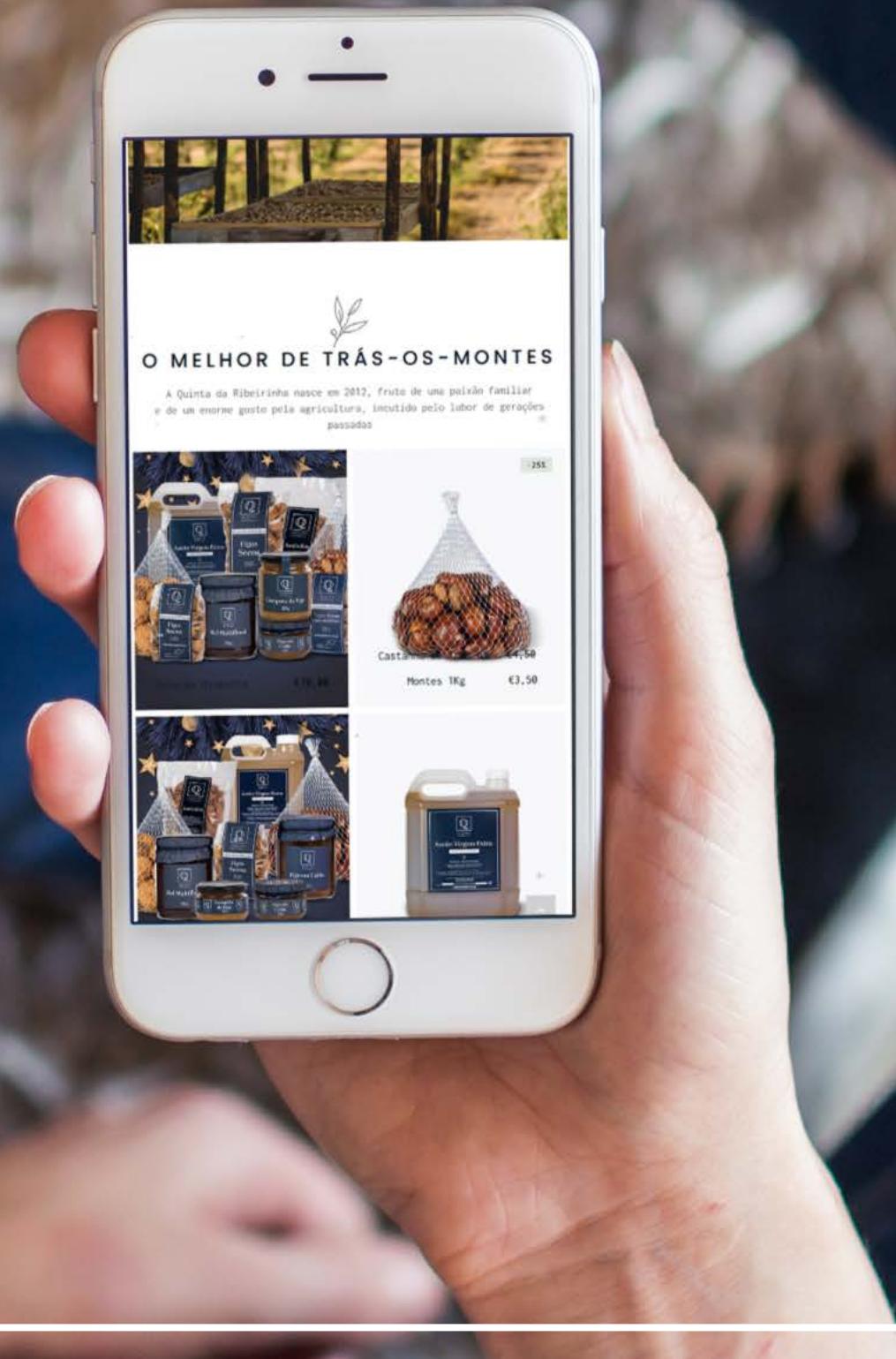
Qual é o seu sonho para 2021?

O meu sonho para 2021 é que o mundo aprenda a importância de um abraço. Que valorizemos mais os pequenos momentos que no fundo têm sido a sustentabilidade do nosso bem-estar e que em 2021 possamos sorrir mais, com ou sem máscara, mas de preferência sem ela.

Uma mensagem para as comunidades portuguesas e/ou lusodescendentes?

Meus amigos, sei que o momento que atravessamos não é dos melhores, e que a pandemia obrigou ao encerramento temporário (pelo menos no Canadá) das nossas associações e das nossas atividades – muitos de nós sem o apoio financeiro necessário para aguentar um encerramento com um fim incerto, alguns inclusive já tiveram de encerrar de vez as suas portas. Mas, mesmo de portas fechadas espero que consigam manter vivas as nossas tradições. Mantenham o orgulho de ser português, ensinem aos vossos filhos e netos a beleza da nossa cultura. Apoiem os nossos restaurantes e lojas portuguesas, divulguem os nossos produtos e mantenham a fé de que tudo vai ficar bem e que brevemente, poderemos de novo dançar juntos o vira! Viva Portugal!

Q U I N T A D A R I B E I R I N H A . P T





GRANDE ENTREVISTA

SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A INTEGRAÇÃO E AS MIGRAÇÕES

CLÁUDIA PEREIRA

Licenciada e doutorada em antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), fez na mesma universidade o pós-doutoramento em sociologia.

Investigadora e professora auxiliar convidada no ISCTE-IUL, tem estado integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

Foi coordenadora executiva do Observatório da Emigração de 2017 a 2019. Foi diretora da Pós-Graduação em Ação Humanitária no ISC-TE-IUL. Foi representante do CIES-IUL na IMISCOE, rede de excelência de investigadores de migrações. Co-coordenou a Rede Migra, uma rede internacional de investigadores e responsáveis por políticas públicas de migrações. Tem colaborado como especialista de migrações em projetos de capacitação de governos de países de fora da Europa, financiados pela Comissão Europeia (CE). É avaliadora de projetos europeus, financiados pela CE, sobre migrações. Entre outras publicações, co-organizou o livro «*New and Old Routes of Portuguese Emigration. Uncertain Futures at the Periphery of Europe*».

Tendo em conta que é uma académica com trabalho desenvolvido de investigação, muito específico na área das migrações, acompanhamento e orientação de trabalhos académicos nestes temas e também, com algumas publicações, o convite para o cargo de Secretária de Estado para a Integração e as Migrações não foi com certeza uma surpresa. Faz sentido que assim seja, o titular de uma pasta governativa ter competências e conhecimentos técnicos da pasta que vai assumir responsabilidades?

A criação pela primeira vez de uma área governativa específica para a Integração e as Migrações revela a prioridade do Governo para este tema. Conhecer as políticas e o território, nomeadamente através da investigação levada a cabo em muitos municípios é certamente um privilégio e uma oportunidade na definição das medidas de política que abrangem as populações que servimos – populações ciganas, imigrantes e refugiadas.

Quando assumiu funções que desafios e prioridades definiu para o mandato? O estado português assumiu uma política clara em matéria de migrações ou limita-se a cumprir as orientações comunitárias e mundiais?

O programa do Governo é muito claro no que concerne a migrações e integração. Tem uma abordagem transversal que inclui educação, emprego, saúde, habitação e participação cívica. A visão é a de incluirmos nas medidas do governo as populações ciganas, refugiadas e imigrantes, o que passa por lhes fazer chegar a informação, a que muitas vezes têm dificuldade em aceder. Deste modo, alargamos as oportunidades e, consequentemente, **reduzimos as desigualdades** – que consiste num dos quatro desafios estratégicos do governo. Gostaria de realçar que em 2019 o contributo dos imigrantes foi muito importante para a segurança social, entre o que contribuíram e o que receberam em subsídios, houve um saldo positivo de 884 milhões de euros. Por outras palavras, a segurança social de Portugal beneficiou 884 milhões de euros com os imigrantes.

Um segundo contributo dos imigrantes é demográfico, que coincide com um outro desafio estratégico do programa do governo, **respondermos ao desafio demográfico**. Na Euro-

pa, em geral, e no caso de Portugal, em particular, enquanto um dos países mais envelhecidos, a questão demográfica é central já que em 2019 foi o 3º país da UE28 com maior proporção de pessoas com mais de 65 anos (21,8%), apenas ultrapassado pela Grécia (22%) e pela Itália (22,8%). Se não fosse a imigração, a sociedade portuguesa seria mais diminuta e mais envelhecida.

O governo de Portugal é, no panorama internacional, reconhecido pelas suas políticas de acolhimento e de integração. Tem sido destacado pelo papel pioneiro e humanista que tem desempenhado na luta pelos direitos sociais das populações imigrantes, na promoção de canais legais de migração e no combate ao tráfico, sempre na defesa dos direitos humanos. Neste sentido, o Índice Medidor de Políticas Públicas de Migrações – MIPEX –, situa Portugal no terceiro lugar em termos internacionais, o que significa que o governo está muito direcionado em termos de políticas públicas. Todavia, sabemos que ainda há várias práticas a serem melhoradas na integração e, por isso, foi criada pela primeira vez esta área governativa. Foi também o único país europeu considerado *Champion Country*, pelas Nações Unidas, na implementação das medidas do Pacto Global para as Migrações. Estas distinções mostram que tem havido um progresso assinalável nas políticas públicas e nas práticas de integração de imigrantes em Portugal.

O atual contexto pandémico é disso exemplo. Ao pretender minimizar os impactos da Covid-19, o Governo concedeu aos estrangeiros o acesso aos mesmos direitos dos cidadãos nacionais, ao garantir, ao abrigo do primeiro despacho, que mais de 246 mil cidadãos estrangeiros com processos pendentes no SEF ficassem temporariamente regularizados. No alargamento deste despacho em novembro, mais de 166 mil cidadãos estrangeiros foram abrangidos. Salvaguardou, assim, o acesso à saúde e aos benefícios sociais da população estrangeira que reside no nosso país. O governo teve também outras medidas como a simplificação da renovação das autorizações de residência e o alargamento da extensão da sua duração, só para citar alguns exemplos que inspiraram outros países no mesmo sentido. São estas práticas humanistas que constituem o traço comum das políticas públicas portuguesas na área das migrações de que nos orgulhamos e que são uma referência na Europa e no mundo.





Os Estados foram desafiados a desenvolver respostas nacionais para implementar o Pacto Global para responder aos desafios colocados pelos novos fluxos migratórios? Quais foram as respostas de Portugal nesta matéria?

A resposta consistiu em articular os ministérios com os institutos públicos, de forma estruturada, na resposta à melhoria de condições dos imigrantes. Este é um dos motivos por que Portugal foi o único país europeu a ser considerado *Champion Country* pela OIM/Nações Unidas na implementação do Pacto Global. De uma forma mais detalhada, num mundo onde as migrações e a mobilidade humana desempenham um papel tão crucial, o pacto Global das Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares das Nações Unidas representa um esforço global para responder a um dos maiores desafios dos nossos tempos. Trata-se de uma resposta humana, digna e solidária aos fluxos migratórios, incluindo os movimentos voluntários de refugiados, ao mesmo tempo que as sociedades, nomeadamente na Europa, se confrontam com a necessidade premente de rejuvenescimento da sua população ativa.

Portugal foi um dos primeiros países do mundo a criar um Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações. Estruturado em torno de cinco eixos e 97 medidas, o Plano Nacional assenta nos 23 objetivos do Pac-

to Global, reconhecendo a importância da mobilidade das populações no mundo enquanto fator determinante para o equilíbrio demográfico. Mais ainda, reconhecer as migrações enquanto motor de inovação e de competitividade que é globalmente reconhecido às sociedades que valorizam a diversidade cultural.

O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações assume-se como uma estratégia nacional que envolve todas as áreas governativas com responsabilidades ao nível da integração das populações migrantes – 16 ministérios e 28 serviços públicos. Globalmente, 80% das medidas já estão em implementação e 15% já foram concluídas. Entre estas últimas contam-se medidas fundamentais para o exercício da cidadania, tais como a atribuição do número da Segurança Social na hora, a revisão do programa nacional de aprendizagem da língua portuguesa – Português Língua de Acolhimento, a plataforma de renovação automática de autorizações de residência, para citar alguns exemplos de medidas que consideramos estruturantes.

Quantos refugiados já recebeu Portugal no âmbito do Programa Voluntário de Reinstalação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)? Qual é o modelo de acolhimento que Portugal está a adotar?



O acolhimento e a integração de refugiados em Portugal têm sido uma prioridade do Governo, através de uma estratégia descentralizada que envolve Estado central, autarquias locais e entidades da sociedade civil no cumprimento das diferentes dimensões de integração que abrangem: a habitação condigna, a aprendizagem da língua portuguesa, o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à formação, à saúde, à tradução e interpretação, ao apoio jurídico e à participação na vida local.

Neste contexto, Portugal tem participado ativamente no esforço europeu de acolhimento, através do apoio às propostas da Comissão Europeia de construção de uma política europeia de asilo comum, assente nos princípios da responsabilidade e solidariedade, no respeito pela dignidade da pessoa humana e no combate ao tráfico de seres humanos. Desde 2015, Portugal acolheu mais de 2.600 refugiados ao abrigo de vários programas europeus e acordos internacionais. Para tal o nosso país tem participado em todas as ações conjuntas de resgate através de barcos humanitários, tendo acolhido até à data 217 refugiados. Ao abrigo do Programa de Reinstalação, Portugal acolheu, até ao momento, 631 pessoas (253 vindas do Egito e 378 da Turquia). Desde

julho de 2020, recebemos 78 crianças e jovens estrangeiros não acompanhados, vindos da Grécia. O primeiro agregado familiar acolhido ao abrigo do Acordo Bilateral com a Grécia, que prevê um piloto de até 100 pessoas, chegou no final de 2020. De recordar que Portugal foi o 6.º país da UE que mais refugiados acolheu (1.550) ao abrigo do Programa de Recolocação, que terminou em 2018 e, pela mesma altura recebeu ainda 142 refugiados no âmbito do Acordo UE-Turquia.

Note-se ainda que, adicionalmente, Portugal registou 1.849 pedidos de asilo espontâneos em 2019 o que representou um aumento de 45.3% face ao ano anterior. E, em 2020, mesmo com a pandemia, foram registados 977 pedidos.

O Governo quer que os refugiados chegados a Portugal ao abrigo de programas europeus consigam falar português, ter emprego e habitação ao fim de ano e meio. Como é que isso está a ser implementado na prática? As medidas, ações e políticas implementadas pela Senhora Secretária de Estado em matéria de migrações, tem um impacto e envolvência interministerial e transversal nas diferentes áreas governativas?



A integração é um processo complexo e bidirecional que depende também da vontade e disponibilidade dos próprios refugiados. A aposta do Governo e dos serviços envolvidos através das diferentes áreas é de promover mecanismos e respostas facilitadoras do processo de integração na sociedade portuguesa, tendo em vista a rápida autonomização das pessoas e a construção de novos projetos de vida, sobretudo quando sabemos que os programas de apoio da união europeia têm uma duração de dezoito meses. Decorrente do crescimento exponencial do número de pedidos de proteção internacional registados em Portugal nos últimos anos, o Governo aprovou recentemente uma Resolução que cria um sistema único de acolhimento e integração de requerentes de asilo e beneficiários de proteção internacional, assegurando a cooperação e coordenação entre as várias entidades envolvidas, através de um Grupo Operativo Único que pretende responder de forma ágil e articulada aos desafios que se colocam em matéria de acolhimento e integração das pessoas refugiadas, independentemente do mecanismo de entrada no nosso país.

Tendo presente as declarações públicas da Senhora Secretária de Estado, ainda em 2020, dando conta que um dos planos do Governo era encaminhar os imigrantes que estavam a trabalhar no turismo para a agricultura, onde faltava “mão de obra”. Esta ideia chegou a ser efetivada?

Os efeitos da pandemia no mercado de trabalho são bem conhecidos, o abrandamento da atividade económica, sobretudo nos setores da hotelaria, restauração e comércio, criou fortes constrangimentos no número de ofertas de emprego disponíveis, afetando toda a população, incluindo os imigrantes.

Parte do nosso trabalho é fazer chegar a informação sobre as medidas de apoio ao emprego, sobre as ofertas de emprego existentes a todos os cidadãos estrangeiros, para que possam ter as mesmas oportunidades, seja no emprego, mas também noutras áreas, como a educação, o ensino superior, a saúde.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) está a fazer um reforço dos mecanismos existentes para juntar a oferta



e a procura de emprego para as populações imigrantes, no meadamente:

O alargamento da Rede de Gabinetes de Inserção Profissional que se encontra neste momento, na fase final, com a abertura próxima de 10 novos gabinetes.

Um trabalho de estreita articulação com os Institutos de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para melhorar a adequação das medidas de emprego para a população imigrante.

A criação de uma bolsa de trabalhadores com o propósito de abrir um canal de comunicação mais ágil entre a oferta e a procura de emprego. Em termos de qualificação tem-se verificado um aumento de pedidos de informação relativos a reconhecimento de diplomas. O ACM tem trabalhado com a ANQEP e o IEFP no sentido do reconhecimento de competências profissionais.

Não houve intenção de encaminhar sistematicamente imigrantes desempregados para a agricultura, já que dependerá do perfil, das competências e do interesse dos mesmos. O que referi na altura, foi que os imigrantes que tivessem disponibilidade e apetência para trabalhar noutros setores como a agricultura – sendo setores que na época estavam à procura de mão de obra – podiam ser direcionados para tal. As migrações são reguladas, em larga escala, pelo mercado de trabalho, é necessário garantir condições de integração e

de trabalho digno, estamos a trabalhar neste sentido – garantir que todos os que contribuem têm proteção do Estado.

Um dos grandes desafios do país é a coesão territorial e os territórios de baixa densidade, sobretudo, os territórios do interior. Qual é o papel destes municípios neste desafio? De que forma é que os imigrantes estão a ser incentivados a optarem por soluções que não sejam apenas os grandes centros urbanos?

Uma das medidas do governo é desenvolver, em articulação com os municípios, programas de integração de imigrantes que garantam a resposta integrada dos diferentes serviços públicos em municípios com elevada procura da imigração. Neste momento estamos a realizar um trabalho muito estreito com os municípios, reconhecendo que são figuras chaves na efetivação das políticas de integração. Este levantamento de necessidades e preocupações dos municípios é fundamental para encontrar soluções ajustadas às diferentes realidades do interior do país, por isso estamos, nesta fase, a ouvir os problemas, mas também a identificar as boas práticas, que são muitas e que queremos replicar noutros territórios. Já começamos os grupos de discussão, porque há problemas comuns, mas também há necessidades específicas que requerem outra abordagem, mais di-



reconada. Começamos, já há vários meses, de forma presencial, com o intuito de conhecer *in situ* os territórios onde residem mais imigrantes, mas que devido à situação pandémica, tivemos que alterar o formato, mas continuamos na proximidade, virtualmente.

O nosso objetivo é também garantir que as informações chegam a todos, há políticas que tornam o interior mais atrativo para os portugueses, imigrantes e refugiados. Temos que garantir que os imigrantes não são discriminados no acesso a estes programas, assegurar que são incluídos nas medidas gerais para toda a população, incluindo os programas de atratividade do interior.

Portugal é um Estado de Direito, ou seja, há os mesmos direitos para todos, e o que fazemos é dar a conhecer a atratividade no interior. Porque quando não se têm conhecimento das oportunidades, não se tem escolha. A maioria dos imigrantes conhece Lisboa, Setúbal e Faro, e a nossa função é dar-lhes a conhecer, beneficiando o interior com população para evitar a desertificação, e, por outro lado, aumentando o leque de escolhas.

Em 2020 abrimos cinco novos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) que são uma resposta de

proximidade, e funcionam de forma integrada com toda a rede CLAIM e diretamente com o ACM.

Temos também os Planos Municipais para a Integração de Migrantes que são instrumentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, e que visam a concretização do processo de integração ao nível local.

Neste momento, temos aberto o aviso dos mediadores municipais destinado à criação de Equipas de Mediação Intercultural facilitadoras da integração das comunidades migrantes e das comunidades ciganas, nas regiões do Norte, Centro e Alentejo, neste sentido as autarquias locais assumem-se como principais impulsionadores desta medida.

De forma muito prática e concreta, um município do interior, de baixa densidade, com défice de população e mão de obra, sobretudo, para a atividade agrícola, que esteja disponível para receber imigrantes, que crie incentivos e apoios para cativar a vinda de imigrantes para o seu município e que contacte a Senhora Secretária de Estado para esse efeito, que orientações, ajudas e apoios tem para lhe “oferecer”?



Adotar políticas ativas de repovoamento do interior, com vista à fixação e à integração de novos residentes, nomeadamente através da atração de imigrantes é uma das medidas do governo que estamos a trabalhar conjuntamente com as áreas governativas responsáveis e com os municípios como referi na sua pergunta anterior.

Trata-se de uma prioridade que requer a articulação de várias áreas, neste momento estamos a colaborar com vários programas, mas não podemos deixar de referir, que se trata de um processo a longo prazo, e que é importante combinar respostas específicas às populações ciganas, imigrantes e refugiados com medidas universais de política pública, nesse sentido estamos a garantir que a informação chega a todos.

Concretamente, a divulgação dos programas “Estudar e trabalhar no interior”, a criação de novos centros locais de acolhimento e integração de imigrantes, de novos gabinetes de inserção profissional, apoio nas respostas sociais, colaboração com as estratégias locais de habitação do interior, articulação com a rede de Centros Qualifica, em termos de formação e qualificação, colaboração no Plano Estratégico para a Coesão e Integração, a decorrer no norte, centro e sul do país, nos territórios de Bragança, Fundão e Odemira junto com a área governativa da valorização do interior.

Os imigrantes têm um papel vital na criação de novas dinâmicas nas comunidades do interior do país, combatendo a desertificação e o envelhecimento de algumas zonas.

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) é um instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações? Qual é a articulação que a Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações tem com a ACM?

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) é responsável pelo acolhimento e integração de migrantes em Portugal, bem como pela integração das populações ciganas. Inserido no contexto da administração pública central, o ACM tem por tutela a Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações. Ainda que já dependesse da Presidência do Conselho de Ministros, o ACM enquanto instituto público responsável por estas matérias, beneficiou igualmente da existência, pela primeira vez em Portugal, de uma área governativa exclusivamente dedicada.

Como avalia os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), do ponto de vista do seu funcionamento e eficácia?

Os centros de apoio, nacionais e locais, à integração de migrantes (CNAIM e CLAIM) constituem uma boa prática não só em termos de acolhimento e integração de migrantes, mas também em termos de governação integrada e de modernização dos serviços públicos.

Os três Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migran-



tes (CNAIM) localizados em Lisboa, Faro e Porto, realizaram, entre 2004 e 2020, quase 5 milhões de atendimentos. Os CLAIM são, essencialmente, uma resposta de proximidade; neste momento contamos com 114 centros locais, distribuídos de norte a sul, tendo passado a atender refugiados desde 2016.

Durante a pandemia, apesar das restrições, a rede CLAIM tem tido um papel fundamental no apoio às populações imigrantes, refugiadas e ciganas, realizando mais cerca de 130 mil atendimentos em áreas que vão desde a regularização, e reagrupamento familiar, às questões de habitação, trabalho, educação e saúde.

Foi pelo conceito destes centros que o ACM venceu recentemente o Prémio de Serviço Público das Nações Unidas 2019, o mais prestigiado reconhecimento internacional de excelência, que distingue a inovação nas instituições e serviços para uma administração pública mais eficaz e com maior capacidade de resposta. Esta experiência de governança intersectorial dos CNAIM, está também a ser replicada noutras países como é o caso de Cabo Verde.

Portugal tem uma forte tradição e história enquanto povo emigrante, estando as nossas comunidades portuguesas espalhadas por mais de 180 países do mundo. E, portanto, conhecemos bem os problemas, as dificuldades e o sentimento de estar emigrado. Os imigrantes representam hoje cerca de 5% da população portuguesa. Considera que as políticas públicas em matéria de migrações e de integração, são as mais ajustadas e correspondem às necessidades? O sentimento de quem vem para Portugal é o de que o povo português acolhe bem os seus estrangeiros?

A população estrangeira representa hoje cerca de 6% da população residente em Portugal (660 mil), e esta percentagem inclui os retornados que nasceram em países africanos e vieram para Portugal depois de 1974.

Em termos de políticas públicas em matéria de migrações e de integração, Portugal sempre defendeu abordagens multilaterais, baseadas em solidariedade e direitos humanos, promovendo a cooperação com países de origem e de trânsito. Portugal é um bom exemplo disso, sendo um país de



origem e de destino para as migrações.

Em muitos países da OCDE, a promoção da integração de migrantes segue uma abordagem que mobiliza toda a sociedade (*whole of society*), incluindo a administração central, local e a sociedade civil. Portugal é apontado como exemplo no desenvolvimento deste tipo de medidas desde as primeiras estratégias nacionais para as migrações em 2007.

As políticas de integração de imigrantes em Portugal estão também alinhadas com o Plano de Ação apresentado pela Comissão Europeia, que será implementado entre 2021 e 2027, e que promove a inclusão de todos, reconhece a contribuição importante dos migrantes para a UE e aborda as barreiras que podem impedir a participação e a inclusão de pessoas com percursos de migração na sociedade europeia. Continuaremos empenhados no desenvolvimento de políticas e práticas de integração que visem melhorar as condições de vida dos imigrantes e das sociedades onde vivemos. Importa referir que para o cumprimento deste objetivo, ou seja, para o sucesso destas políticas de acolhimento e integração de imigrantes, é preciso um trabalho que envolva, a participação e a cooperação de todas as entidades ao nível nacional e local e em particular dos próprios imigrantes.

O que é que na sua opinião atrai os imigrantes a virem viver e trabalhar para Portugal? Portugal será uma nova rota migratória ou é apenas ponto de passagem?

Portugal detém das políticas de integração mais favoráveis da Europa, vários relatórios internacionais e europeus, o confirmam. Neste momento tão crítico, quando os cenários de intolerância e indiferença parecem agravar-se na Europa, somos chamados a dar o exemplo. Retomar a Europa social é celebrar os valores humanistas, solidários e coesos, incluindo acolher imigrantes e refugiados que venham cá viver e trabalhar. É este o modelo que queremos manter e que se tornou fundamental para fazer frente à pandemia e é aquele que melhor nos prepara para uma recuperação pacífica e um crescimento equitativo.

Em matéria de políticas de integração de imigrantes e refugiados, é preciso continuar a trabalhar, realçando os contributos dos imigrantes para uma Europa mais sustentável ao nível económico, social e demográfico, reduzindo as desigualdades.

As Migrações são, e serão sempre, um motor de desenvolvimento social e económico, para as sociedades de origem e de destino, pelo que devem ser encaradas como uma importante fonte de riqueza e cooperação mútua.

É inevitável não falar da pandemia covid-19, que o país e o mundo estão a viver. Em julho de 2020, segundo dados do Infarmed, cerca de um quarto dos infetados no distrito de Lisboa eram imigrantes e 15,7% no Porto. Conhece os números atuais de infetados e de óbitos por parte dos imigrantes? Considera que estamos perante números relevantes?



Os últimos dados da Direção-Geral de Saúde referem que à data de 27 de janeiro, existiam em Portugal: 38 064 casos de cidadãos de nacionalidade estrangeira infetados com Covid-19, o que corresponde a 5,9 % do total de casos em Portugal. Em relação aos óbitos, desde o início da pandemia ocorreram 318 óbitos de cidadãos de nacionalidade estrangeira, que correspondem a 3,0 % do total de óbitos por COVID-19 em Portugal.

Não existe evidência de que estas infecções e mortes se encontrem fora dos parâmetros normais da população geral. O critério utilizado nos dados de julho pode ter uma base geográfica, é na Área Metropolitana de Lisboa (AML) onde reside a maior parte dos imigrantes em Portugal. Depois, a AML é também a área onde existem as maiores desigualdades sociais e económicas. Muitos dos serviços que temos assegurados como nos supermercados, mercados, funcionários de limpeza, há uma grande representação de imigrantes que tiveram de continuar a trabalhar e não ficaram confinados. Aí, ficaram mais expostos.

Outro tema inevitável é a morte de *Ihor Homeniuk*. A Senhora Secretária de Estado admitiu ter ficado “completamente chocada” com a morte deste cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa, sublinhando que já estavam a ser tomadas medidas para que não volte a acontecer. Que medidas são essas? Este acontecimento não belisca a imagem de Portugal e o trabalho que faz em matéria de imigração e integração?

Em relação a este tema, reitero o que disse, a morte do cidadão *Ihor Homeniuk* deixou-me completamente chocada, principalmente quando Portugal se distingue por acolher bem os imigrantes, como já tive oportunidade de referir. Existiu desde o primeiro momento uma articulação estreita e permanente entre as várias áreas governativas envolvidas, nomeadamente o Ministério da Administração Interna, o meu gabinete e o da Ministra de Estado e da Presidência, tendo sido tomadas todas as diligências que cumpria assegurar e adotados os procedimentos no sentido



de encontrar a melhor forma de garantir o respeito absoluto pelos direitos humanos. Como definido no Programa do Governo, estamos a trabalhar para reconfigurar a forma como os serviços públicos se relacionam com os imigrantes, adotando uma abordagem mais humanista e menos burocrática. A reestruturação em curso passa por assegurar que os imigrantes se relacionem com o Estado nos mesmos termos que qualquer cidadão.

Lançamos-lhe o desafio de deixar uma mensagem aos portugueses e imigrantes que terão o gosto de ler a sua entrevista?

Deixo a mensagem do Presidente da República: que os imi-

grantes sejam tão bem tratados em Portugal como gostaríamos que os portugueses fossem bem tratados nos países estrangeiros. Os imigrantes contribuíram com 884 milhões no último ano para a segurança social, que são usados para pagar as pensões e benefícios de todos os residentes em Portugal. Lembramo-nos deste aspetto e contarmos com os contributos dos imigrantes para o desenvolvimento e sustentabilidade das sociedades, em diversidade, demografia, empreendedorismo, inovação e competitividade é um desígnio que apela à abertura das sociedades de acolhimento porque, como afirma a Encíclica do Papa Francisco – *Fratelli Tutti* – sobre a Fraternidade e a Amizade Social, que recomendo a leitura, “As migrações constituirão uma pedra angular do futuro do mundo”.



MIGRAÇÕES

A novidade da década: os Nómadas Digitais

Ao longo do ano que se passou, através dos vários canais mediáticos e das redes sociais, foi-nos dada a conhecer os mundos de oportunidades que a pandemia abriu para negócios e formas de expressão artística, conhecemos as profundezas da criatividade humana e tivemos a prova de como os nossos antepassados tinham razão quando afirmavam que “a necessidade aguça o engenho”. Porém, muitas portas se destrancaram e muitas janelas se abriram para outras realidades e manifestações de engenho que os noticiários não nos deram

a descobrir. Entre elas, e dentro da nossa temática, destaco o BOOM dos “Nómadas Digitais”.

Com o arranque do segundo milénio e o rapidíssimo crescimento das novas tecnologias de informação, bem como o crescente número de profissionais que começaram a trabalhar neste setor, este conceito – que define os indivíduos que trabalham em qualquer parte do mundo para uma empresa que, também, pode estar em qualquer país do globo onde tenha uma sede – começou a ganhar cada vez mais expressão, pese embora

pouco significativa. Contudo, no ano 2020, por força da necessidade em manter a economia ativa e em continuar a dar oportunidade de emprego a quem, desde que tenha um computador e internet, possa desempenhar as suas funções, o conceito de Nómadas Digitais ganhou uma nova projeção e começou a ser encarado com outros olhos.

Muitas empresas, em diferentes partes do mundo, já adotam esta forma de trabalhar há alguns anos, partindo de um pressuposto de confiança em como os seus colaboradores são



profissionais zelosos e diligentes que sabem como serem produtivos e eficazes, mesmo estando a cumprir com os seus objetivos a partir de casa, sozinhos ou com as suas famílias, no lugar de estarem a fazê-lo nas sedes das empresas, lado a lado com os seus colegas e líderes. No entanto, o tradicionalismo vigente na maioria das organizações, bem como a constatação perante as desvantagens do *home-office*, fez com que a adoção desta cultura e modo de trabalhar tivesse que enfrentar muitas objeções e resistências (mesmo entre as empresas na área das Tecnologias de Informação e Comunicação). Porém, como já referimos, face às imposições geradas ao longo do ano passado, na política e nas sociedades, tivemos de

aprender a nos adaptar e mais organizações, dos mais variados setores de atividade, começaram a aderir ao ‘modo de vida’ dos Nómadas Digitais. A nossa legislação dos Direitos dos Estrangeiros, já previa a emissão de visto para exercício de atividade profissional independente, vulgarmente designado por D2. A maioria das vezes este visto era utilizado por empresas portuguesas que pretendiam a colaboração de profissionais independentes, no entanto, o visto D2 pode também ser requerido pelos apelidos nómadas digitais, desde que provem que têm contratos de prestação de serviços com valor superior ao salário mínimo nacional e que comprovem ter meios de subsistência suficientes para se manterem em

Portugal. É ainda imperativo que esses profissionais abram atividade nas finanças em Portugal e aqui sejam tributados em sede de IRS.

Este visto é particularmente procurado por profissionais norte-americanos e asiáticos, onde os seus honorários são mais elevados comparativamente aos honorários praticados em Portugal e têm agora hipótese de, trabalhando remotamente, fixar residência num país como Portugal, que apresenta um custo de vida mais baixo.

Se pretende saber mais a respeito deste tipo de visto, a Ei! Assessoria Migratória é a empresa ideal para lhe esclarecer todas as dúvidas e auxiliá-lo a alcançar os seus objetivos. Fale connosco e comece a tornar os seus sonhos em realidade.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Liberdade, Igualdade, Saudade



No início da minha caminhada nesta aventura que é a emigração concentrei-me nos meus estudos, fiz amigas e amigos de todos os horizontes na Universidade em Paris, mas não foi aí que procurei Portugal. Foi no fim do Doutoramento, já com dois filhos nascidos em França, numa época de grave crise económica no nosso país, e já com poucas ilusões sobre o tão esperado regresso, que fui à procura de Portugal, de Família alargada. Encontrei-a no mundo associativo. Encontrei portuguesas e portugueses em França e de França, os que tinham acabado de chegar e os que já cá estavam há várias gerações.

Com todas e todos aprendi muito, mas sobretudo com a geração que para cá veio para fugir à Ditadura, ao Salazarismo, à prisão, à guerra, à miséria. Ouvi horas e horas de histórias de vida, de histórias de resistência, de histórias de coragem. Ouvi-as sempre com a mesma emoção, respeito, admiração e sempre grata por quem tinha participado de perto ou de longe à nossa Liberdade, ao Portugal de Abril. Foi sempre um privilégio ter acesso a estes testemunhos, acolhia-os como um tesouro de transmissão. Perguntei-me sempre o

que faria se estivesse no mesmo lugar. Teria resistido? Teria atravessado montanhas a pé pela Liberdade? Cada história foi para mim uma lição de humildade. Lembrando-me também a minha própria história de filha de cabo-verdiano que emigrou para Portugal não pela montanha, mas pelo mar. As dificuldades do desenraizamento, as saudades do país de origem, da família que por vezes não se voltou a ver durante anos, tudo isso já conhecia desde sempre a partir da vivência do meu pai.

O progresso técnico permite-nos agora viver a distância de forma não tão dolorosa, mas o virtual nunca poderá substituir o pessoal, o verdadeiro olhar, o verdadeiro abraço, o verdadeiro acompanhamento em situações importantes da vida, sobretudo as mais frágeis como a doença. No início de 2021 ficámos a saber que a “Palavra do Ano 2020” resultante de uma votação promovida pela Porto Editora foi SAUDADE. Mas para os emigrantes que somos essa é palavra constante, que nos acompanha sempre. Palavra agri-doce.

Os portugueses residentes em Portugal que votaram preferiram a palavra saudade à palavra COVID-19 que ficou em segundo lugar e à palavra pandemia que ficou em terceiro. Preferiram o sentimento que prevaleceu durante o ano que acabou às suas causas. Os portugueses residentes em Portugal, pelo facto de serem obrigados a estar distantes de quem mais amam viveram de certa forma aquela que é a vivência constante dos portugueses no estrangeiro. A saudade permanente.

Estamos distantes, mas não é por isso que deixamos de ser Portugueses, não é por isso que deixamos de nos preocupar pelo nosso país ou pela nossa língua. Duas das nossas maiores lutas no Conselho das Comunidades Portuguesas é a dos direitos cívicos e a da língua portuguesa. Foi um grande passo para a Igualdade a conquista do recenseamento automático. Todas as portuguesas e portugueses têm agora menos uma barreira para exercer os seus direitos, outras continuam. Mas fiquemos por enquanto pelas conquistas. Dia 24 de janeiro vamos poder votar para uma Presidenta ou um Presidente da República de todas e todos os Portugueses.

Para as Comunidades que tanto lutaram pela ideia de que somos todos Portugueses, que tanto lutaram pela Igualdade, é uma anomalia que um candidato se posicione enquanto candidato da desigualdade, que declare sem rodeios que não será o Presidente de todos os Portugueses.

Para as Comunidades é uma falta de respeito que o candidato André Ventura tenha escolhido como sua mandatária para os portugueses residentes no estrangeiro, os mesmos que fugiram precisamente à Ditadura, que tanto sofreram e lutaram pela Democracia, a comediante Maria Vieira, que cita o fascista Marcelo Caetano e que declara não festejar o 25 de Abril.

Para as Comunidades é uma ameaça um candidato que se alia à extrema-direita europeia que exclui imigrantes, que defende a prioridade nacional, que tem como projeto a destruição da União Europeia, fazendo com que os portugueses deixem de ter a cidadania europeia. Um candidato que passeia em Lisboa de braço dado com Marine Le Pen, a mesma que quer proibir em França as aulas de português para os nossos filhos. A mesma que dirige o partido que acolhe aqueles que escreveram em paredes “morte aos portugueses” e “voltem para a vossa terra”.

Para as Comunidades constitui uma perplexidade que um candidato à presidência de Portugal desconheça a este ponto a História, desconheça que Portugal é um país de emigração e trate os imigrantes no seu programa e nas suas palavras como nós não gostaríamos de ser tratados nos nossos países de origem. Ao discriminar os imigrantes, dá autoridade a que outros governantes tratem os emigrantes portugueses da mesma forma.

Para as Comunidades é um perigo que o seu partido abrigue elementos racistas com ligações a grupos neonazis, que através da violência xenófoba atacam estrangeiros nos países onde vivemos como na Polónia, em França ou no Reino Unido, nomeadamente desde o início do processo do Brexit.

Durante esta busca por Portugal cá fora talvez uma das histórias que mais me tenha comovido tenha sido a de um exilado que vive agora na Bélgica, que ainda emocionado falou do assassinato do seu irmão pela PIDE no hospital. Ter de novo a extrema-direita em posição de poder voltar ao poder é uma desonra para a memória dos que morreram pela nossa Liberdade e pelos que sofrem pela perda.

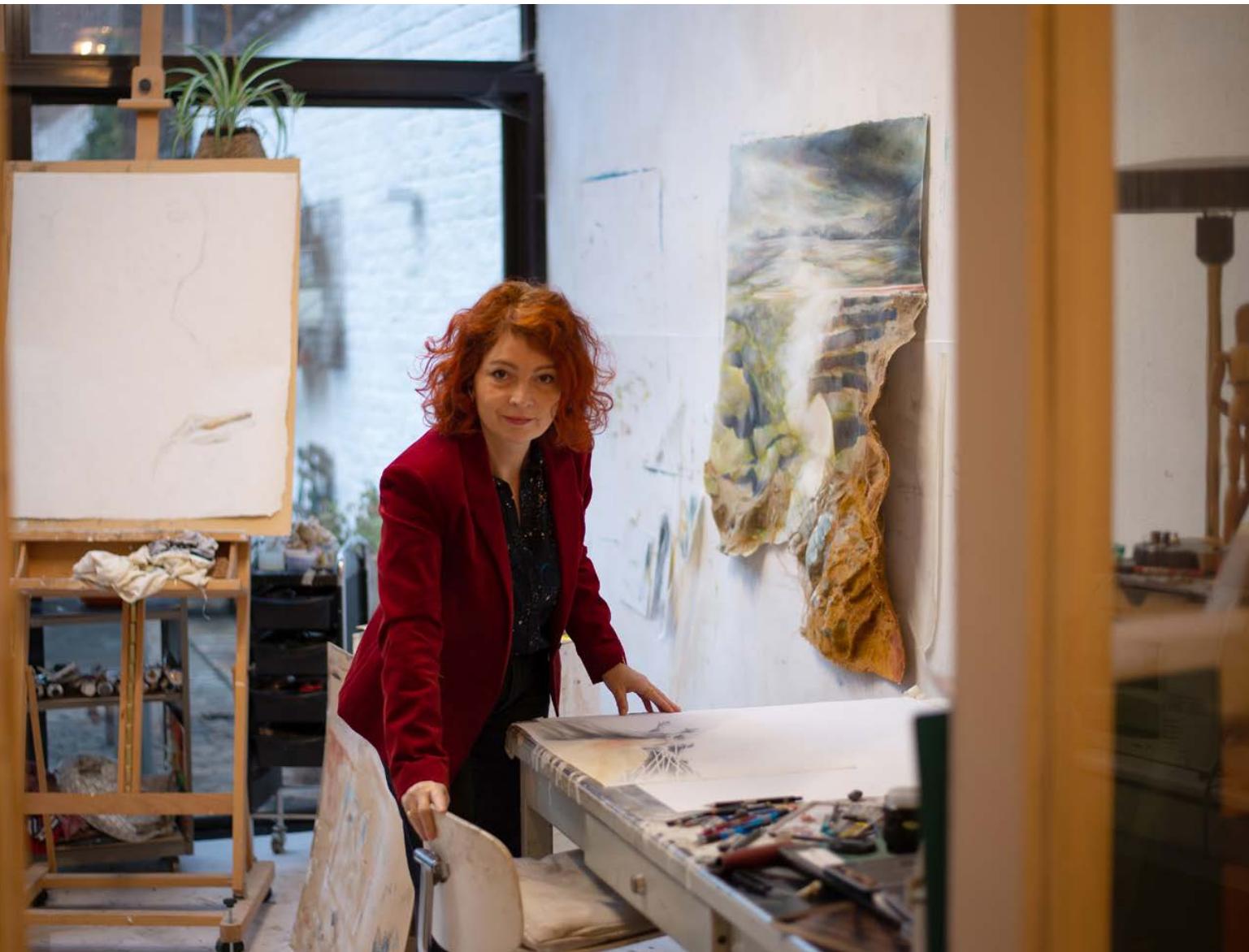
Fui à procura de Portugal, e foi este Portugal que encontrei o da Liberdade, da Igualdade e da Saudade. Não passarão.



Luísa Semedo
Conselheira das Comunidades Portuguesas

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Sónia Aniceto



Licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa, beneficiou duma Bolsa Erasmus no ano 2000, para estudar na Academia de Belas Artes de Bruxelas, no ateliê de Tapeçaria contemporânea. Em 2001 foi artista residente do Centro Cultural Depianofabriek. Frequentou os seminários da pós-graduação em teoria de Arte da Academia de Belas Artes assim como o DEA interuniversitário em Arte Atual da ULB (Universidade Livre de Bruxelas). De 2001 a 2006 trabalhou nos ateliês de cenografia da Ópera Real La Monnaie.

Em 2005 obteve a Agregação oficial para exercer no ensino das artes plásticas. Para além do ensino artístico, Sónia Aniceto é regularmente artista convidada de Museus e para animar ateliês e realizar projetos de artes plásticas nas escolas de Bruxelas.

Em 2007 recebe a nomeação para os Prémios Talento na categoria das Artes Visuais (Prémio atribuído pelo Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal). Nomeação prémio Hamesse 2011, Bruxelas. Seleção Canvas /RTBF collectie 2012 - Bozar, Palais des Beaux Arts de Bruxelles. Biennal Contextile 2012 e 2020, Guimarães. Seleção Scythia 2013 - Exposição Internacional de arte têxtil contemporânea, na Ucrânia. Prémio «técnica e originalidade» ART-Spanner 2014 - Mostra Internacional de arte têxtil contemporânea em Essen, Alemanha. Biennal d'art contemporain de Tinos 2017 na Grécia. Residência artística com o coletivo “Espírito Mundo” no See U, Bruxelas.

Quando e como iniciou a sua atividade artística?

Difícil dar uma data pois sempre desenhei e pintei, desde criança. Nunca desejei desenvolver outro tipo de carreira que nas artes plásticas. Tive a minha primeira exposição individual durante o meu segundo ano da FBAUL.

Como tem sido a evolução da sua carreira?

Tenho vindo a desenvolver a minha carreira na Bélgica, na França, na Alemanha, em Portugal, na Holanda e nos EUA, onde sou representada por várias galerias. O meu trabalho

encontra-se em coleções públicas e privadas. A participação em grandes feiras de arte internacionais permitiu-me uma projeção mais global. Sempre que posso, tento participar em Bienais, principalmente no campo da arte têxtil contemporânea. Cada vez mais me interesso em residências principalmente no âmbito do desenvolvimento de projetos artísticos colaborativos. Num futuro próximo, gostaria de intensificar colaborações com artistas de disciplinas como média digital e artistas performativos, pois gostaria de desenvolver peças “instalativas” e em “site spéfic”.

Quais foram as principais influências que marcam o seu percurso de artista plástica?

Tal como o desenho e a pintura, o médium têxtil sempre fez parte do meu universo. No entanto a prática deste médium na arte contemporânea era pouco conhecida há 20 anos, certamente em Por-

tugal... Lembro-me do choque que o trabalho de Gada Amer me causou. As qualidades gráficas do fio enquanto desenho, a dimensão táctil, os fios suspensos, as tramas tiveram uma influência irreversível no meu trabalho. Desde o início desejei desenvolver os dois médiuns simultaneamente. Assim, escolhi a tecnologia de tapeçaria na FBAUL





e fiz Erasmus no ateliê de arte têxtil na Academia de Belas Artes de Bruxelas. O meu interesse pelo médium têxtil consolidou-se com a minha experiência profissional nos ateliês de cenografia da Ópera Real *La Monnaie*. Foi aqui que aprendi a trabalhar com uma máquina de costura. Foi onde estudei inúmeras técnicas e a importância da luz. Foi onde tive contato com materiais inovadores como o *drop paper* com o qual desenvolvo a série recente “Peles rebeldes”.

No seu meio artístico, o que é necessário para alcançar o sucesso/êxito?

Ser perseverante e resiliente. Manter a curiosidade e a vontade de experimentar e inovar. Não levar as deceções demasiado a sério e considerar as críticas como uma alavanca para continuar a avançar. Apreciar igualmente grandes e pequenos sucessos.

Considera importante as artes para o desenvolvimento dos países? Existem apoios do Estado para a sua atividade artística? Que tipo de apoios?

Sem arte e cultura , do meu ponto de vista não existe civilização. Os apoios são muito importantes principalmente no início de qualquer atividade. Para além de subsídios atribuídos a projetos e residências artísticas, existe o chamado “estatuto de artista”. É uma espécie de fundo de desemprego que permite aos artistas e outras profissões intermitentes, a segurança dum rendimento constante. Antes de entrar no ensino artístico tive acesso a esse estatuto.



Já expôs em Portugal?

Sempre fiz questão de trabalhar com galerias em Portugal. Manter a ligação com o país e aí poder mostrar o meu trabalho é muito importante para mim. Também tento descentralizar e não me ficar por Lisboa e Porto. Por isso, vou participando em coletivas na Galeria Sete, em Coimbra e em Braga com a plataforma online da Zet Gallery ou ainda em Guimarães com a Bienal Contextile.

Fala Português ou tem vontade de aprender a língua?

Sou Portuguesa...infelizmente, por vezes já me falta vocabulário...

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia?

Complicado do ponto de vista da motivação. Exposições e feiras adiadas... instabilidade e impressão de “standby”. Penso que todos os artistas precisam de “nutrição” cultural e aqui, com teatros fechados e poucas exposições de escala internacional, esta começa a faltar...

Quais são os seus projetos para este ano?

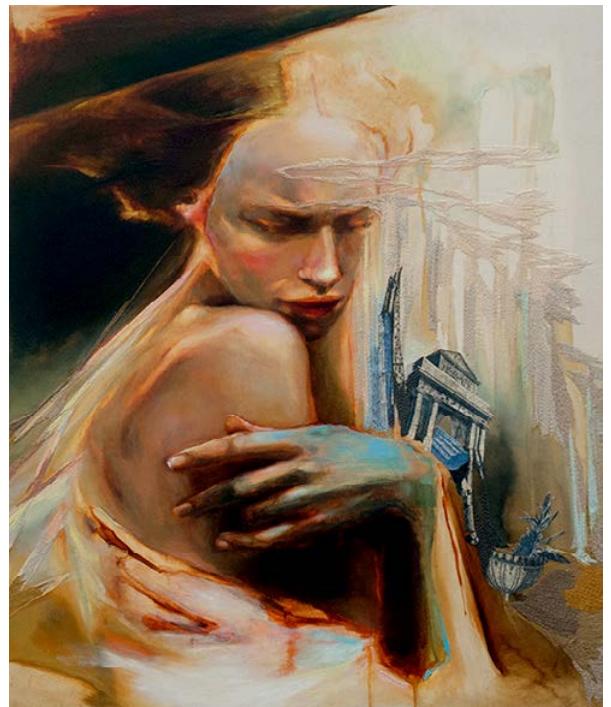
Desenvolver um projeto de exposição individual para 2022, em Lisboa.

Desenvolver um projeto de criação colaborativa e pluridisciplinar, com um grupo de quatro artistas portugueses, residentes temporariamente em Bruxelas (Apóio da Embaixada) e preparar duas feiras internacionais de arte contemporânea (Art Karlsruhe – Alemanha) e (Lille Art Up – França) adiadas por duas vezes desde o início da crise sanitária. Continuamos a esperar que estas se realizem em 2021!

Qual é o seu maior sonho?

Continuar a desenvolver o meu trabalho, tentando dar-lhe a maior visibilidade possível, a nível internacional.

Além disso, tenho a oportunidade de ter um ateliê luminoso e espaçoso. Gostaria de conseguir tempo para organizar encontros, discussões e colaborações artísticas com artistas que aprecio.



Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Continuem a ter prazer com o vosso trabalho artístico! Digo isso muitas vezes aos meus alunos.

Lembrem-se que o processo é mais importante do que o resultado. Confiem nos vossos instintos e criatividade, mas sempre com um olhar autocritico.

www.sonia-aniceto.net
<https://www.facebook.com/soniceto766>



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

A M B I E N T E

Fundo Ambiental

Receitas, despesas e opacidade!

De onde vem e para onde vai? Quem decide, onde e quanto é gasto? Que benefícios têm existido para o ambiente? Estas são algumas das questões que se colocam em relação ao Fundo Ambiental, que devido à sua grande abrangência, não pode ser uma espécie de “saco azul” forrado com “verdes intenções”!



Em 2020, o Fundo Ambiental financiou-se através dos leilões CELE (88%), taxa de resíduos hídricos (7,6%), taxa de gestão de resíduos (3,4%), coimas e penalidades (0,6%), reposição não abatida de pagamentos (0,2%) e juros (0,1%). Como se pode verificar, a grande fatia das receitas do Fundo, provém dos leilões realizados no âmbito do CELE, isto é, do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa, regulado pelo Decreto-Lei n.º 38/2013, em transposição da diretiva comunitária 2009/29/CE. Do lado da despesa, para o mesmo ano, no pódio das despesas do Fundo Ambiental, o destaque foi para a ação climática (339.25 milhões de euros), apoios tarifários (151,56

milhões) e recursos hídricos e sustentabilidade dos serviços de água (37,24 milhões). Seguiram-se a conservação da natureza e biodiversidade (17,81 milhões), outros (11,73 milhões), recuperação de danos ambientais (5,93 milhões), resíduos e economia circular (3,22 milhões), sensibilização ambiental (1,74 milhões) e cooperação (1,33 milhões).

Incentivos à aquisição de veículos elétricos e híbridos, construção de ciclovias, subsídios a produtores de energia através da queima de resíduos, apoios à eficiência energética das habitações, aquisição de comboios e autocarros de transportes públicos, expansão das linhas de metro e



redução do preço dos passes, entre outros, têm sido alguns dos beneficiários diretos dos milhões provenientes do Fundo Ambiental.

Outro dos beneficiários, no ano transato, foi a Companhia Silvo-Agrícola da Beira (Cosabe), do Grupo Amorim, proprietária da Herdade da Baliza, no Parque Natural do Tejo Internacional, que recebeu 438 mil euros, cerca de um terço dos 1,46 milhões disponibilizados pelo Fundo Ambiental para 2020, destinados à substituição de eucaliptais por espécies autóctones.

Segundo o Governo, o nível de execução da despesa situou-se nos 99,9%, ou seja, 569,8 milhões de euros. Em 2019 foram executados apenas 387,6 milhões. Aqui importa perceber em que medida estes apoios se traduzem em ganhos ambientais. Um simples exemplo: a renovação das frotas de transportes públicos e a redução do preço dos

passes tem levado a uma maior utilização dos mesmos e a uma redução do uso do transporte individual, verificando-se, desse modo, uma redução das emissões de carbono para a atmosfera.

Atualmente, encontra-se em execução o “Programa de Apoio a Edifícios mais Sustentáveis”, que conta com uma dotação de 9 milhões de euros, para 2020 e 2021, disponíveis para candidaturas de particulares que pretendam colocar painéis fotovoltaicos, painéis solares, bombas de calor e mudança de janelas, para tornarem as suas habitações mais eficientes a nível energético. As verbas de 4,5 milhões de euros correspondentes a 2020 já se encontram esgotadas, aguardando-se para março a reabertura do programa com igual montante, correspondente à verba destinada a 2021.



Em 2020 foram também disponibilizados 4 milhões de euros para a compra de bicicletas e automóveis elétricos, mais 1 milhão que em 2019. Para 2021, o valor será novamente de 4 milhões.

Segundo o Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Matos Fernandes, para 2021 prevê-se que o fundo venha a ter um encaixe de cerca de 571 milhões de euros, o valor mais alto desde que foi criado, sendo distribuído da seguinte forma: apoio à redução tarifária nos transportes públicos (198,6 milhões de euros), programas de redução do défice tarifário (153 milhões), sustentabilidade dos sistemas de água (22 milhões), apoio à densificação e reforço da oferta de transporte público (15 milhões), apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bio resíduos (11,9 milhões), programa de apoio à aquisição de veículos de baixas emissões (4 milhões) e, ainda, 1 milhão de euros para cada um destes projetos: limpeza de praias no Inverno, melhoria das condições de visitação de áreas com elevado valor natural e instalação de equipamentos destinados ao estacionamento de bicicletas.

Mais concretamente, o Fundo Ambiental servirá, este ano, para financiar a expansão da linha do Metro de Lisboa, num investimento a rondar os 210 milhões de euros, dos quais 172 milhões serão provenientes do Fundo e os restantes 83 milhões do fundo de coesão POSEUR. Importa referir que, em 2020, na sequência da pandemia, quer o

Metro de Lisboa, quer o do Porto, tiveram uma redução do número de passageiros na ordem dos 50%, segundo informações tornadas públicas pelos respetivos presidentes. Cerca de 10,5 milhões de euros serão utilizados na redução dos preços da eletricidade.

Todavia, a opacidade tem acompanhado o Fundo Ambiental desde a sua criação.

Várias organizações ambientalistas (QUERCUS, GEOTA, SPEA, FAPAS, ANP/WWF e LPN), numa Carta Aberta dirigida ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática, denunciaram alguma “falta de transparência” na gestão do Fundo, sendo que, nos últimos quatro anos, apenas 2% terá sido aplicado no apoio a projetos de conservação da natureza e da biodiversidade. Referiram ainda o desfasamento entre a realidade e os dados apresentados no Parlamento pelo Ministro. Em concreto, mencionam que, em 2020, o Fundo Ambiental não gastou 17,8 milhões de euros na conservação da natureza, pois, no orçamento aprovado pelo Despacho n.º 8457/2020 estavam previstos apenas 9,47 milhões (1,64% do total do Fundo). Além disso, 8,5% do orçamento – 49,149 milhões de euros – serviram para financiar ações e projectos aprovados por protocolo, sem que tenha havido concurso público. Em resposta, o Governo justificou essas discrepâncias devido a atrasos e adiamentos resultantes da Covid-19.



Por outro lado, outra ONG ambientalista, a Zero, num documento enviado aos partidos aquando do debate da especialidade do Orçamento de Estado para 2021, chegou mesmo a pedir um “escrutínio mais apurado” a esse mesmo Fundo. A associação referiu que devido à sua dimensão alargada, por integrar, a partir de 2016, o Fundo de Apoio à Inovação, o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético, o Fundo Florestal Permanente e o Fundo para a Eficiência Energética, urge uma maior transparência, na angariação e no uso das verbas. Alerta também para a não existência de garantias para a sustentabilidade futura do Fundo, pois prevê-se uma redução das receitas em consequência da redução das emissões de carbono, existindo assim um risco real acrescido de se pretender manter as emissões para garantir as receitas.

Também no Parlamento, da esquerda à direita, se têm levantado vozes contra o modo como tem sido gerido o Fundo Ambiental, que, aparenta funcionar como um “grande saco”, um “poço sem fundo” e uma espécie de orçamento paralelo ao do Ministério do Ambiente, sem que esteja sujeito ao escrutínio da Assembleia da República.

Para colmatar esta aparente opacidade na gestão do Fundo Ambiental, o Governo criou, no início deste mês de fevereiro, uma ferramenta interativa (<https://atividade.fun-doambiental.pt>) onde é possível consultar a proveniência e a aplicação das receitas, desde 2017 até 2020. Relativamente a essa ferramenta, importa referir que, os gráficos das receitas e despesas são apresentados de uma forma muito vaga, tendo por base grandes rubricas, não sendo possível aferir com exatidão onde os milhões são efetivamente gastos.



Vítor Afonso
Mestre em TIC

| COLUNAS DE OPINIÃO

O que é a Escrita Criativa?



Certo dia, numa dinâmica de grupo, alguém pediu que nos descrevéssemos em poucas palavras. Fui o primeiro a terminar e o meu texto começava com uma frase que ainda hoje uso, com orgulho. “Sou um português de Goa, nascido em Moçambique.” Estavam ali os três continentes que me forjaram e que moldaram a história da minha família. África, onde nasci; Europa, onde nasceu o meu irmão; Ásia, onde nasceram os meus pais.

Li o texto em voz alta e ouviu-se na sala um estranho comentário: tens

muito jeito para a escrita criativa! Quando mo disseram, eu ainda não sabia o que era a escrita criativa. Na realidade, ainda hoje não o sei muito bem. Ou melhor, sei que cada qual tem o seu conceito de escrita criativa.

Para uns, é a arte de escrever coisas diferentes. Criativas. Que mais ninguém escreveria. Para outros, é a capacidade de não escrevermos dois textos iguais, impedindo que a monotonia se instale na nossa forma de escrever. Há também quem ache que é um mero equivalente à escrita literá-

ria, por oposição à escrita técnica. Eu chamo “escrita criativa” ao ato de exercitar a redação. É brincarmos com as palavras para melhorarmos a capacidade de as usar. O termo brincar está aqui aplicado num sentido muito preciso. Quero dizer que a escrita criativa implica jogos de palavras com vista à aquisição - divertida, produtiva e esforçada - de técnicas de escrita, da mesma forma como os alongamentos nos preparam melhor para uma corrida. Costumo dizer que são cinco as vantagens desses alongamentos de escrita:

removemos dos nossos textos as palavras mais gastas pelo uso; damos mais vida aos escritos, com novas palavras e abordagens; vencemos a tão conhecida angústia do “papel em branco”; criamos redações mais agradáveis de ler e divertimo-nos a escrever.

Quando comecei a dar cursos de escrita criativa, percebi que o maior medo dos participantes era deformarem a sua forma de escrever devido aos hábitos diários, sobretudo os profissionais. É sabido que os hábitos de fala e escrita estão muito associados às rotinas - o que lemos, os programas que vemos, os noticiários, os relatórios do trabalho, etc. Até as conversas que mantemos e as que ouvimos pelo canto da orelha nos influenciam.

“Quero aprender a ser criativo”, era outra das coisas que me pediam.

Se para o primeiro caso eu tinha solução (sim, a escrita criativa combate essa deformação trazida pelas rotinas), para o segundo nunca a tive.

Como a honestidade deve estar acima de tudo para quem vende um produto, eu digo sempre que a criatividade não se ensina. Aquilo que podemos e devemos aprender são as técnicas e vivências que nos permitem exercitar as partes do cérebro de onde a criatividade brota.

Neste texto, trago uma velha ideia ex-

plorada por um dos autores que eu cito nos meus cursos de escrita, Gary Provost. Diz-nos este escritor e professor norte-americano que é possível melhorar a escrita quando não estamos a escrever. À primeira vista, a ideia parece disparatada. Vista com calma, é brilhante.

É certo que nós melhoramos a escrita quando estamos a escrever. Tal como só pode melhorar os tempos de corrida aquele que corre frequentemente. Mas, da mesma forma como é possível melhorar a capacidade de corrida não estando a correr (bons alongamentos, melhor alimentação, descanso adequado, etc), também é possível partir para a escrita com uma boa base de trabalho prévio.

Assim, aqui ficam algumas das minhas sugestões para esse trabalho prévio.

1. Ler muito

Se é verdade que aprendemos a falar ouvindo os outros (é assim com os bebés), também é verdade que aprendemos a escrever lendo. Ler é uma excelente maneira de percebermos a mecânica da língua, ganharmos vocabulário e adquirirmos memória visual da forma escrita das palavras.

2. Consultar livros de referência

Nada nos ajuda mais na escrita do que

obras técnicas: dicionário, prontuário, gramática, enciclopédia, dicionários de verbos ou de sinónimos. Quem os consulta (em papel ou online), dará menos erros.

3. Fazer cursos de escrita

Claro que eu tinha de recomendar isto. Um curso destes não implica necessariamente ter aulas. Há belos cursos em livro. Claro que os livros não corrigem os nossos exercícios, mas não são de desprezar.

4. Ouvir conversas alheias

Queremos conhecer os temas da moda? Saber como falam certos grupos sociais (jovens, idosos, empregados de mesa...)? Apreender os modismos de linguagem? Então apurem o ouvido quando estiverem no espaço público. As conversas alheias ajudam a escrever artigos de opinião, criar personagens, entre outras utilidades.

5. Tirar notas

Temos um texto para escrever, mas só precisamos de o entregar para a próxima semana. Que tal ir registando num caderno ou no telemóvel as ideias que nos vão passando pela cabeça? Assim, quando nos sentarmos para trabalhar a sério, já não começamos do zero.

Espero que estas notas tenham sido úteis no vosso caminho para uma escrita mais criativa.



Paulo Colaço
Assessor de Comunicação



| LITERATURA PORTUGUESA

Aquilino Ribeiro

“Alcança quem não cansa” – II Parte

1932 é o ano do regresso de Aquilino a Portugal. O ano seguinte, o do início do Estado Novo, traz-lhe reconhecimento literário com o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa.

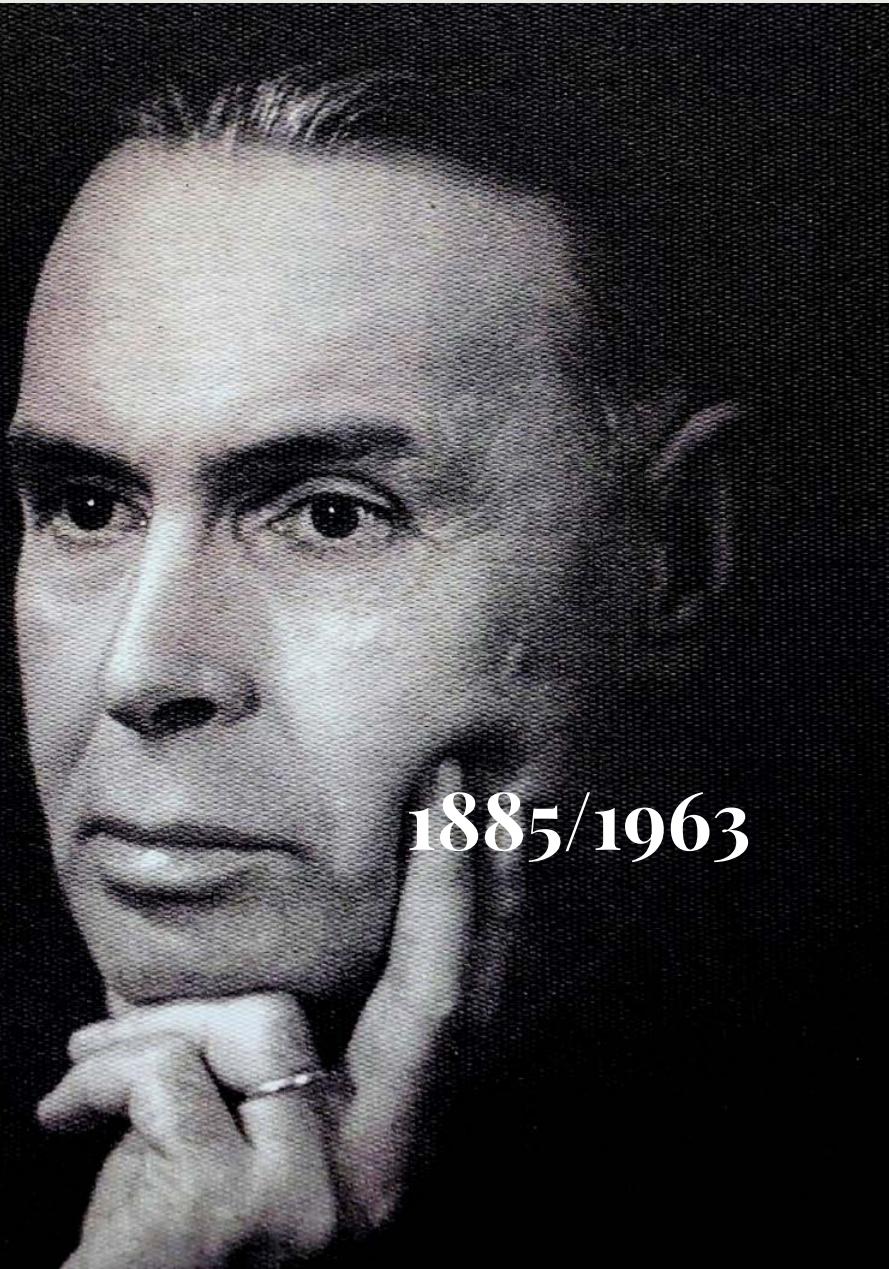
Até final desta década de 30 é profusa a sua produção literária com mais de três dezenas de títulos publicados.

O ano de 1940 traz-lhe mais um duro revés. A morte de sua mãe, Mariana do Rosário, em Soutosa, com 94 anos. É conhecido o amor que Aquilino lhe consagrava. Dedica-lhe a obra “O Livro do Menino Deus” (1945) em cujo frontispício lavra, em jeito de homenagem:

“À memória de minha Mãe, humilde, boa e religiosa sem ser pelo interesse de ganhar o Céu.”

Em julho de 1948 o general Norton de Matos apresenta a sua candidatura à Presidência da República. Aquilino é um dos seus apoiantes. Esta candidatura tem como opositor todo o regime vigente e à cabeça o marechal Óscar Carmona, que dela sai controverso e contestado vencedor.

É curioso recordarmos as palavras de Mário de Figueiredo, da União Nacional, ultraconservador e amigo de Salazar, que atribuiu a vitória de Carmona “ao medo do povo em voltar à perseguição religiosa e à desordem anterior a



1926”, fazendo crer que eram essas as linhas fundamentais a candidatura de Norton de Matos e os seus apoiantes.

Em 1950 vêmo-lo mais retirado em Soutosa, por Aquilino considerada a sua “casa da escrita”. Aí recebe os amigos de Viseu, Cristóvão Moreira de Figueiredo, Arnaldo Malho, Gilberto de Carvalho e outros, e os de Lisboa, desde José Gomes Ferreira, Leite de Vasconcelos, Jaime Cortesão, Carlos Olavo, Fernando Lopes Graça, a família de Keil do Amaral e muitos mais.

Em 1952 viaja ao Brasil onde é alvo de uma recepção triunfal por parte de toda a academia brasileira e pelo próprio governo, que o agracia com a Comenda do Cruzeiro do Sul.

Em 1953 publica mais uma obra polémica “Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias”, editado por Livros do Brasil. É uma das suas raras falhas na fidelidade à editora Bertrand.

Esta sua visão da História de Portugal desencadeará, da parte do vigente e bolorento “establishment” duríssimas críticas. Com elas



Setembro 1948. Homenagem na Lapa ao Pe. Francisco Ferreira, organizada por Aquilino. Antigos alunos do Colégio

bem pode Aquilino as quais, com o vigor da sua escrita, sua acutilante arma, não deixará sem cabal e veemente resposta. Escritor consagrado, não esquece o jornalismo e não deixa de publicar as suas dezenas de crónicas em revistas e jornais portugueses, como, por exemplo, “O Século”.

Em 1956, a Sociedade Portuguesa de Escritores elege-o como seu presidente e sócio número 1. É neste ano que a Bertrand, em reconhecimento, inicia a publicação das suas “Obras Completas”.

Em 1958 é eleito sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa.

Neste ano, Aquilino, que aderira ao MUD (Movimento de Unidade Democrática), apoia a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República.

É o ano da publicação de “Quando os Lobos Uivam”, que mal sai é retirado de circulação pela Censura que, ainda assim, não consegue evitar a venda de milhares de livros.

1959 é ano de mais agruras. É-lhe instaurado um processo judicial pela publicação do livro atrás referido, por alegados insultos à Justiça, à polícia do Estado e ao próprio Estado.

Constituído arguido aos 75 anos, vê-se compelido ao pagamento de uma onerosa caução para evitar ser uma vez mais preso. Ergue-se um coro indignado de sonantes nomes da intelectualidade europeia, como, por exemplo, François Mauriac, que denunciam a situação e proferem pesadas críticas ao governo de Oliveira Salazar. Aquilino escreve, a este propósito, com publicação no Brasil – naturalmente – “Quando os lobos julgam, a Justiça uiva”.

Em 1960 o seu nome é proposto ao Prémio Nobel da Academia das Ciências da Suécia.

Em 1963, às 12 horas e 30 minutos do dia 27 de Maio, Aquilino falece em Lisboa, no hospital da CUF.

Em 19 de Setembro de 2007, por proposta do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, os seus restos mortais são trasladados para o Panteão Nacional, onde para sempre ficarão junto dos Heróis da Pátria.

É presidente da República Aníbal Cavaco Silva e primeiro-ministro José Sócrates. Tive a honra de estar presente nessa cerimónia que congregou a família do escritor, todos os membros do Governo, políticos e renomados nomes da intelectualidade nacional.

Em jeito de balanço final cumpre dizer que toda a vida de Aquilino Ribeiro se pautou por uma íntegra coerência e uma intransigente coesão com os seus determinantes princípios de liberdade e de fraternidade. Deles não se afastou um milímetro e a nenhum facilitismo ou comodidade por eles cedeu. “Reviralhista” convicto, esteve sempre do outro lado baricada em luta pelos seus inabaláveis ideais. Penificou por eles, arrostando com três exílios, com duas prisões, com processos judiciais que, todos juntos, lhe trouxeram agruras e dificuldades plurais e profundas.

Genial escritor, da caneta fez enxada de uma vida e dos muitos milhares de páginas que nos legou ressumbra não só o seu vitalismo, como a saga das suas gentes e a epopeia de um território ao qual deu nome de “Terras do Demo”.



Final da vida de Aquilino Ribeiro

“De pena na mão procuro ser independente, original, inteiriço como um bárbaro”, indómito, assim se caracterizava.

Sobre as razões de ser do escritor, escreveu Aquilino:

“Nunca soube o que era servidão aos preconceitos, ao poder, às classes, nem mesmo ao gosto do público. Se pequei, pequei por conta própria, exclusivamente. Em todos os meus livros, se pode verificar mais ou menos esta rebeldia de carácter, desde as Terras do Demo ao Quando os Lobos Uivam. (...) apenas cumpri o dever contraído para comigo mesmo desde que aprendi a pensar. Estive também na primeira linha da barricada. O homem de letras é um interventor no mundo,

não deixando por isso de fazer arte. O romance naturalmente esposará a causa do povo ... “

No fim da sua vida faz o balanço final: “Passei a vida dobrado sobre a banca de escritor e só há pouco dei conta que estava velho.”

“Alcança quem não cansa” foi o lema de sua vida e seu exigente e íntegro ex-libris... Se todo o Portugal de Aquilino se orgulha, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva – as Terras do Demo com suas gentes – muitos e sentidos preitos lhe têm consagrado.



Paulo Neto
Diretor da revista literária “aquilino”

| SAÚDE E BEM ESTAR

Como será o futuro depois da Pandemia?



A pandemia do novo coronavírus transformou a vida das pessoas. Em todo o mundo. Mudanças na rotina, no trabalho, no comportamento e, acima de tudo, nas relações huma-

nas. Nunca se falou tanto em convivência e, ao mesmo tempo, em distanciamento social. Dois opostos que se intensificam e ressignificam diariamente.

A primeira constatação sobre o que vem por aí depois da pandemia é simples: não dá para saber. São tantas as variáveis em jogo que qualquer previsão será frustrada.

A única certeza é a mudança. Não apenas nos hábitos — e nada tão certo quanto mudanças de hábitos. Assim como nos acostumamos ao cinto de segurança ou a gastar menos energia depois do apagão, é possível imaginar um mundo em que persistam o sabão, o álcool em gel e o “distanciamento social”. Menos apertos de mão e beijinhos no rosto.

Talvez haja mais espírito cívico, mais voluntários a ajudar idosos ou grupos ameaçados pelas novas ondas do vírus. Maior respeito por quem trabalha no serviço público ou pelos profissionais de saúde, heróis indiscutíveis no combate à pandemia. Poderemos, numa visão otimista, rumar para um mundo em que a ameaça comum do vírus acabe por gerar mais união em vez de divisão.

A principal razão para o otimismo é que, embora venha sendo comparada a guerras ou às crises financeiras do passado recente, a pandemia tem

um impacto de outra natureza. Mexe diretamente com a saúde e a vida. “Comparado à opaca crise financeira, com seus ‘credit default swaps’ ou ‘collateralized debt obligations’, o coronavírus é relativamente fácil de entender”, afirmou o escritor americano Peter C. Baker.

“É uma dúzia de crises emaranhadas numa só, e todas se desenrolam imediatamente, de modo inescapável. Políticos ficam infectados. Celebri-dades ricas ficam infetadas. Amigos e parentes ficam infetados. Podemos não estar exatamente ‘todos juntos nessa’ — como sempre, os pobres sofrem mais —, mas essa é uma sensação mais real do que jamais foi depois de 2008.” Talvez, disse Baker, possamos ver os nossos problemas como comuns, e a sociedade como mais do que “uma massa de indivíduos competindo uns contra os outros por riqueza e status”.

No entanto, algumas mudanças com-

portamentais e sociais já se fazem sentir e vieram para ficar tais como o teletrabalho, o ensino *online*, aumento exponencial dos consumidores que começaram a comprar quase tudo no comércio digital, sendo que as próprias empresas tem que reconfigurar os seus modelos de negócios para acompanhar esta tendência do novo consumismo. Experiências culturais imersivas como resposta ao isolamento social, os artistas e produtores culturais passaram a apostar em shows e espetáculos online, assim como os *tours* virtuais a museus ganharam mais destaque.

Com o isolamento social, as *lives* explodiram, principalmente no *Instagram*.

Novas crenças e valores emergem e o conceito de menos é mais, é a nova tendência social e comportamental. Uma nova Ordem económica, social e psicológica irá surgir, esperemos que para melhor.



Fátima Oliveira
Psicóloga Clínica e da Saúde



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

Regresso

(...)

*sim! eu hei-de voltar,
tenho de voltar,
não há nada que no impeça.
com que prazer*

*hei-se esquecer
toda esta luta insana...
que em frente está a terra angolana,
a prometer o mundo
a quem regressa...*

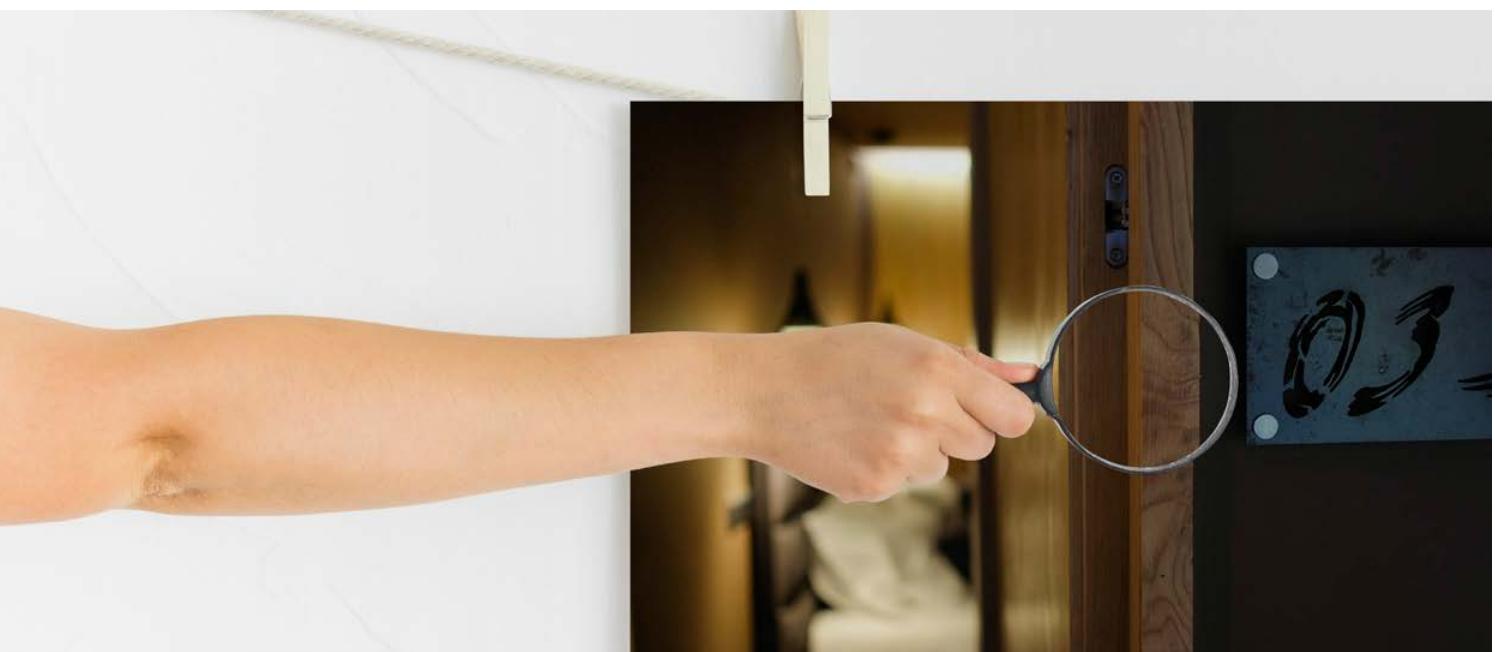
*ah! quando eu voltar...
hão-de as acácias rubras,
a sangrar
numa verbena sem fim,
florir só para mim!...
e o sol esplendoroso e quente,
o sol ardente,
há-de gritar na apoteose do poente,
o meu prazer sem lei...
a minha alegria enorme de poder
enfim dizer:
voltei!...*

Alda Lara

Seleção de poemas Gilda Pereira

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Rio Moment's Country House Paiva Valley



A Rio Moment's – Country House Paiva Valley situa-se em Castelo de Paiva, numa zona calma nas encostas do rio Paiva.

Com um perfeito enquadramento paisagístico, imersa na natureza vibrante e acolhedora do vale do Paiva, esta unidade de alojamento permite o melhor de dois mundos: o descanso do corpo e da mente longe do bulício da cidade, num lugar tranquilo onde apenas se ouvem os sons da água e da envolvente natural, e por outro lado a aventura e con-

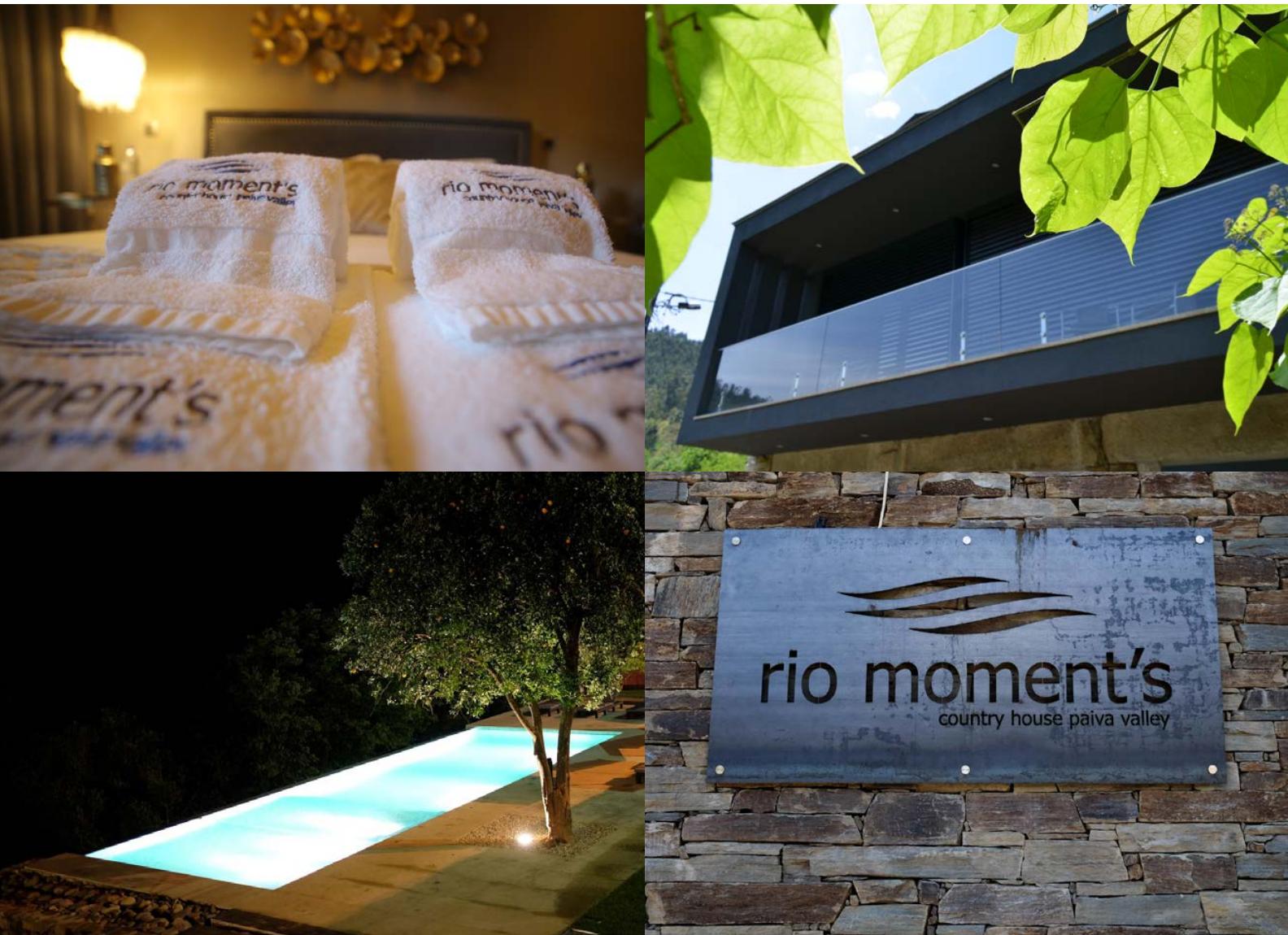
tacto direto com a Natureza, das caminhadas ao rafting. A arquitetura moderna, a decoração prática e minimalista, e a utilização de materiais locais, nomeadamente o xisto, o granito e a madeira, resultaram num projeto com requinte mas simultaneamente acolhedor.

O empreendimento turístico é composto por três casas de campo, totalizando 16 quartos: a Casa da Várzea, com 9 quartos, a Casa do Rio, com 4 quartos, e a Casa da Bela Vista, com 3 quartos. Todos têm uma decoração diferente,



mas com elevado nível de conforto e sentido estético. Dispõe também de uma sala de pequenos-almoços com vistas fantásticas sobre o vale do Paiva, uma zona da SPA, outra de massagens e uma sala de leitura, bem como uma piscina exterior e um excelente espaço relvado, onde encontrará o sossego e a comodidade para o descanso do

corpo e da mente num ambiente de paz e harmonia de onde sairá completamente rejuvenescido. Em alternativa, tem para lhe oferecer um vasto conjunto de atividades que o irão ajudar a fugir da rotina do dia a dia. Encontra na Rio Moment's experiências que passam pelos quatro elementos, água, ar, fogo e terra.



Da experiência mais radical à mais calma e tranquila.

Atividades aquáticas:

Canyoning, Rafting, Canoagem / Caiaque, Pesca, Motas de água, Esqui aquático.

Atividades motorizadas:

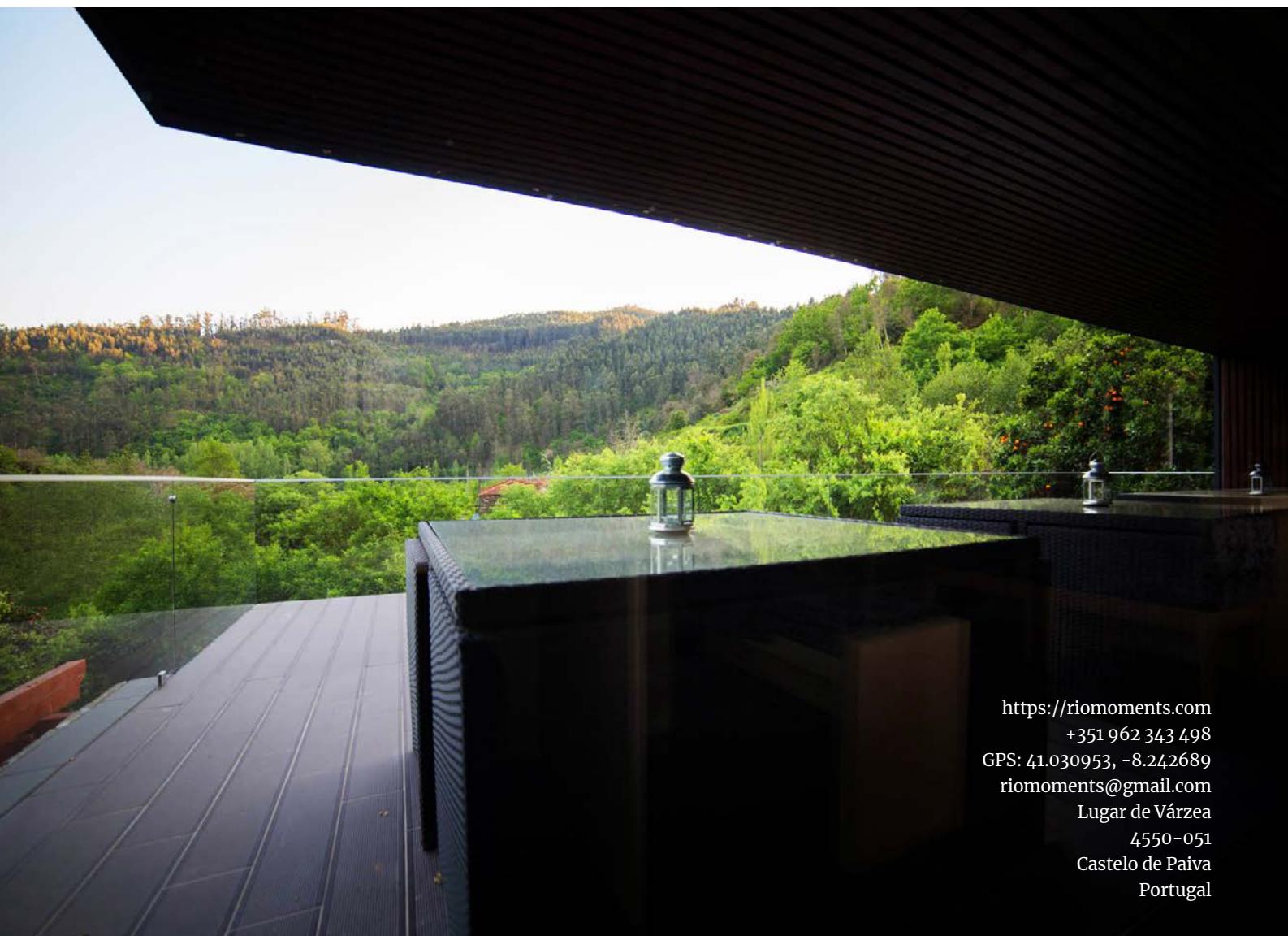
Roteiros 4x4, Motos 4x4.

Atividades terrestres:

Paintball, Bicicleta de montanha - BTT, Caminhadas, Passeios a cavalo.

Poderá realizar as seguintes atividades durante a sua estadia na Rio Moment's:

- Piscina;
- Massagens;
- Spa;
- Desportos radicais;
- Desportos aquáticos;
- Passeios de bicicleta;
- Passeios pedestres;
- Passeios a cavalo.



<https://riomoments.com>
+351 962 343 498
GPS: 41.030953, -8.242689
riomoments@gmail.com
Lugar de Várzea
4550-051
Castelo de Paiva
Portugal

Numa região repleta de pontos de interesse para descobrir, a estadia neste alojamento rural proporciona também a oportunidade de experimentar e conhecer os ofícios, as tradições e os ritmos da vida rural, e saborear uma gastronomia e vinhos locais de excelência!

Pontos de interesse

Sugerimos alguns sítios para descobrir perto da Rio Moment's:

Praia Fluvial da Várzea;
Prainha Do Paiva;
Passadiços do Paiva;
Torre Bairros;
Marmoiral de Sobrado.

Numa zona repleta de receitas tradicionais, é-lhe oferecida a possibilidade de conhecer e degustar dos pratos mais típicos aos pratos mais modernos, experimente a gastronomia regional caraterística desta maravilhosa zona do país.

Conforto, qualidade, tradição, diversão, aventura e modernidade são as palavras-chave que levam os hóspedes a escolher a Rio Moment's – Country House Paiva Valley para umas férias, curtas ou prolongadas. Rio moment's... um local a visitar!

| COM LUPA: LÁ FORA

Chiang Mai



Saímos de Bangkok um voo curto até Chiang Mai outrora conhecida como «Rosa do Norte».

Chiang Mai considerada por muitos a cidade cultural e o último reduto do Budismo, que permanece inalterado no tempo com as suas muralhas imponentes, usadas como proteção das sucessivas invasões Birmanesas. Ainda no avião é possível observar a magnífica geometria das construções e canais de água rodeados por uma cordilheira montanhosa. Esta proteção natural conferida pela montanha dá à cidade um clima único que contrasta com a região envolvente de fronteira entre Birmânia-Laos e Tailândia. A diferença com Bangkok é imensa, a capital da Tailândia desenvolveu o seu encanto cosmopolita, contrariamente a Chiang Mai, cidade integrante na antiga rota da ceda e cujos traços permanecem inalteráveis. O conhecimento sobre Chiang Mai é escasso e muito

provém do imaginário ou da cultura cinematográfica, na qual este território se destacava pelos campos de cultivo de ópio entre as montanhas e uma selva repleta de contrabandistas. Ancestralmente, uma cidade budista é conhecida por preservar cerca de trezentos templos, mas claro, não se iludam, seria impossível visitar todos, todavia proponho nesta viagem solta a descrição de alguns. Fiquei realmente impressionado como o Budismo integra tanta diversidade arquitetónica, tentei extrapolar para Portugal e não consegui. Digamos que por terras lusas, as igrejas são todas similares, entre altar, orientação geográfica etc. Em Chiang Mai os templos são dispareys entre cores, altura, geometrias, o encanto reside no facto em que a cada cruzamento o visitante é confrontado com a incerteza, o que de certa forma transforma a viagem numa verdadeira aventura.



Wat Phra Singh – Templo do Ouro

Um dos templos mais visitados na cidade construído no século XIV, servindo como a maioria dos templos, como monumento funerário. Em *Wat Phra Singh* é possível observar o monumento funerário do pai do rei *Pha Yu* completamente forrado a ouro, nas amplas salas anexas ao recinto, destacam-se centenas de esculturas ornamentadas que retratam o quotidiano da vida dos locais.

Wat Sri Suphan – Templo de Prata

Este templo encontra-se ligeiramente fora da cidade muralhada, aproximadamente a 200 metros de uma das portas principais. A sua construção estima-se que tenha sido por volta do século XV. Este templo destaca-se dos demais pelo impressionante trabalho decorativo realizado com folha de

prata. No interior da sala principal podemos observar o reflexo combinado de uma estrutura em prata decorada com espelhos.

Uma das muitas regras ainda em vigor é que este templo não pode ser visitado por mulheres, concorde-se ou não tem de se respeitar.

Wat Chedi Luang

Um templo que se impõe pela dimensão e semelhanças aos demais já visitados na cidade de Ayutthaya. *Wat Chedi Luang* construído em 1291 consistia, originalmente, num conjunto de três templos (*Wat Chedi Luang*, *Wat Ho Tham* e *Wat Suk-min*), sendo a sua principal característica o enorme túmulo “*Chedi-Pagoda*”, cujo intuito seria albergar as cinzas do rei *Saen Muang*. O término desta magnífica construção foi assi-



nalado com uma escultura de Buda que posteriormente foi recolocada em *Luang Pragang - Laos*, mas cuja história é uma incógnita. Em 1545 um terrível terramoto afetou este templo, provocando a destruição de grande parte dos túmulos. Atualmente é possível visitar o templo já reconstruído em parte, no qual podemos vislumbrar uma cópia do Buda de Esmeralda feita em jade.

Wat Phra That Doi Suthep – Templo da Montanha

Conhecido como “*Doi Suthep*” ou templo da montanha, encontra-se localizado como o próprio nome indica, no alto de uma montanha, a cerca de 15 km da cidade. Este é o templo mais importante da cidade sendo inclusive o mais visitado. Construído a uma altitude de 1000 metros, o local proporciona vistas deslumbrantes para o centro da cidade. Reza a lenda que um elefante branco, que transportava as Ezequias de Buda parou e perdeu a vida neste local, o rei encarando a situação como divina, ordenou a construção

de um templo. O acesso ao templo faz-se através de uma escadaria devidamente guardada por Nagas “Serpentes” que protegem Buda na maioria dos templos. O templo em si é composto por inúmeras estátuas, túmulos e sinos. As tonalidades predominantes são o dourado entalhado nos telhados incrivelmente elaborados.

Recomendo como forma de acesso ao templo o uso de “*pick-ups* vermelhas” que circulam na cidade, apesar de usadas pelos locais é uma excelente forma para subir à montanha. Desenganem-se aqueles que pensam que cidade de *Chiang Mai* não tem vida noturna. Pela noite acendem os *LED's* que dão um colorido às ruas, o povo sai com os seus grelhadores e confecciona comida no passeio. Os inúmeros mercados enchem de locais e alguns turistas curiosos, e os negócios de massagens estão ao virar de cada esquina. Todavia, pessoalmente, o dia tem outro encanto, e recomendo a todos que o mesmo comece bem cedo.

Elephant Nature Park

A visita ao *Elephant Nature Park* estava agendada, e a possibilidade de contactar com elefantes era enorme. Este parque caracteriza-se por um conceito único, contrariamente ao que normalmente é preconizado por parques espalhados por todo o mundo, aqui o fundamental é salvar elefantes. Neste sítio podemos encontrar de tudo, elefantes de toda a Ásia, com inúmeras patologias e vidas associadas à destruição causadas pelo ser humano. Falamos de elefantes explorados em passeios à beira-mar, elefantes subnutridos, elefantes que infelizmente acionaram minas na selva da Birmânia e alguns elefantes maltratados pelos próprios donos. O conceito deste parque é pedagógico e conta com o apoio de voluntários por todo o mundo.

Este santuário do mundo animal teve como fundadora *Leik Chailert*, filha de um curandeiro de animais numa aldeia nas imediações de *Chiang Mai*. Em boa hora observou o crescendo da exploração de elefantes no sudoeste asiático e decidiu que uma das formas de alterar a situação, seria contrariar os passeios de elefantes nas praias. Com um santuário onde os donos e os próprios elefantes vivem em liberdade. Isto permite que as pessoas “Turistas” visitem o santuário onde os elefantes vivem uma completa liberdade. O santuário tem zonas específicas, e para quem pensa que verá grades ou animais presos, saibam que tal não existe, já que os elefantes andam pela selva, floresta, rio, e descem e vagueiam pela planície quando entendem. O turista conseguirá participar na alimentação aos elefantes, nomeadamente frutícolas, assim como deliciar-se com os banhos de lama, essenciais para que os elefantes evitem as picadas dos mosquitos. Conclusão, este parque possibilita toda esta aventura com a certeza de que os animais não são, nem serão explorados.

A *Leik Chailert*, uma pessoa de coração cheio, que dá voz à causa da Vida Selvagem.

Save Elephant Foundation
Dedicated to Protecting Asian Elephants





| SABORES LUSOS EM ESTADO LÍQUIDO

A teoria dos universos paralelos no mundo do vinho

Tem vindo a conquistar consenso na comunidade científica a noção de que o nosso planeta é demasiado frágil para suportar as intervenções que o Homem lhe aplica. Apesar disso, das evidências e de toda a comunicação gerada em torno do tema, há ainda – hoje – quem adopte a visão citadina

de que a agricultura beneficia o meio ambiente, preterindo as preocupações com terrenos revolvidos e uso de pesticidas e entendendo a vida agrícola como uma espécie de reserva natural do “verde” e de um estilo de vida “limpo”. Como é evidente e tem sido projectado *ad nauseam*, a agricultura

é um dos principais motores da poluição. Mas é uma actividade fundamental para a sobrevivência do Homem, através do cultivo de alimentos consumidos pelo Homem e pelos animais que este próprio consome. Esta preocupação, evidente, levou cientistas como Stephen Hawking a

defender que a sobrevivência da humanidade depende directamente da sua capacidade de conquistar o Espaço e de encontrar outros planetas onde possa desenvolver-se. Até há relativamente pouco tempo, essa concepção revelava-se praticamente impossível – o universo era tido como infinito e a probabilidade de chegar a planetas onde o Homem pudesse desenvolver-se estaria à distância de anos-luz, dificilmente navegáveis. Não vamos, aqui, tecer considerações sobre a vida extraterrestre, muitas vezes associada a alienações humanas indizíveis. Vale a pena fazer referência, talvez, às declarações inesperadas de um general israelita, ex-chefe do Departamento Espacial do Ministério da Defesa, que advogou recentemente uma tese de acordo com a qual os Estados Unidos possuiriam um acordo com extraterrestres para fazer investigação científica na Terra; e que Donald Trump teria sido aconselhado a não comentar publicamente, porque a população mundial não estaria preparada para o perceber.

Centremo-nos apenas na bastante mais provável imensidão do universo – exactamente a mesma que impossibilita a expansão do Homem para outros planetas. Hawking desenvolveu até praticamente ao fim da sua vida uma das teses mais difíceis de entender, até segundo o próprio. A teoria dos universos paralelos envolve um conjunto de conceitos como a gravidade quântica, a teoria das cordas e a supersimetria. Em resumo, Hawking defendeu que o nosso universo está em expansão, mas que existe um ou mais universos paralelos, igualmente a desenvolver-se. Sendo paralelos, haverá a possibilidade de uma passagem mais rápida para os mesmos, nomeadamente através dos buracos negros. Nesses universos pode subsistir um contexto

favorável à existência de vida; e pode até, com elevado grau de probabilidade, coexistir um conjunto de vidas paralelas, eventualmente em tudo semelhantes à nossa. Verificando-se esta teoria, a raça humana poderá encontrar uma forma de prolongar a sua existência quando o nosso planeta perder a envolvente exigível para assegurar o milagre da vida. Para o mundo dos vinhos decorre desta teoria todo um conjunto de ensinamentos extraordinário.

Em primeiro lugar, a gestão de algumas empresas parece desenvolver-se em universos paralelos, em nada semelhantes entre si. A qualidade de gestão de uns profissionais contrasta com a ignorância de outros; a visão de uns departamentos parece limitada pelas entropias de outros; a incapacidade de perceber o sector em todo o seu potencial é partilhada por diversos agentes. Parece que existem diferentes universos no sector, nas regiões vitivinícolas e, muitas vezes, até nas próprias empresas. Era uma descoberta fantástica perceber que, um dia, estes universos poderiam cruzar-se e aprender uns com os outros.

Em segundo lugar, a produção de vinhos pode aqui encontrar todo um universo novo para explorar. No sentido literal. Aí, em vez de debatermos o *terroir* de regiões vitivinícolas, poderíamos expandir horizontes e debater o *terroir* de planetas inteiros. As regiões tradicionais teriam que se debater com o Novo Mundo. Não o de sempre, mas um mundo realmente novo.

Por fim, em Portugal, poderíamos até assegurar o tão crucial aumento das exportações, garantindo a sobrevivência das empresas e o incremento de boas práticas agrícolas, garantidas pelas vendas de que as empresas estão tão necessitadas.



Pedro Guerreiro
Gestor



| SABORES LUSOS EM ESTADO SÓLIDO **O que não deve fazer numa cozinha**

Quando estamos numa cozinha existem muitos erros que devemos evitar, para conseguirmos obter momentos e comidas prazerosas.

Estando nós em tempos de pandemia parece evidente começar pelo destaque à desinfeção de tudo. Se não tivermos um rigor no que toca a esse aspetto, estamos a comprometer em primeiro lugar a confiança dos clientes que acredita-

tam no nosso serviço e em segundo lugar, evidentemente, a imagem do nosso espaço.

Deixar tudo desorganizado, sujo, e até nós mesmos, descuidados na aparência são verdadeiros pesadelos para essa harmonia que procuramos.

E quanto às atividades de cada um? Bem, então aí é que entramos num verdadeiro universo de confusões. Não



sabermos o que está no forno, por exemplo, só porque não somos nós que o estamos a utilizar, mostra egoísmo e falta de preparação. Ficamos sem o controlo daquilo que está e preciso de ser feito. Trazemos discussões, ou sermos rudes e orgulhosos nas nossas inter-relações entre colegas, desgasta o ambiente e reflete-se na comida. Como é que podemos ter pratos especiais com um péssimo ambiente instaurado na cozinha?

Agora que estamos com as restrições da pandemia, remetemo-nos a este novo método em que estamos limitados a vendas *take-away*, no entanto, nem por isso a preocupação com a educação e os clientes pode diminuir, pelo contrário, mais

que nunca, em tempos difíceis, não sabermos aceitar críticas (uma carne que estava passada demais, ou uma batata que devia ter ficado mais tempo na fritadeira) ou conselhos, tanto do chef ou dos colegas, como dos clientes, acaba por ser mais um erro fatal nesta lista. Porque, acreditem, ninguém sabe tudo, estamos sempre a aprender numa cozinha.

Engana-se quem pensa o contrário.

Não rotular os produtos, e pôr as datas corretas sempre! Meu deus, acho que este nem precisava de falar, mas infelizmente, há quem realmente não tenha a precisão e a meticulosidade que é realmente necessária.

É de saúde que estamos a falar aqui!



Tiago Sabarigo
Chef Essência Restaurant/ Budapest

Voltar atrás



| FALAR PORTUGUÊS

«Voltar atrás» é erro de português?

Há mesmo muita gente convencida de que basta arranjar uma lógica apressada para declarar esta ou aquela expressão como erro de português — mesmo que todos os falantes usem tal expressão sem pestanejar. Já ouvi quem considerasse erro a expressão «na senda de» porque «senda» quer dizer «caminho» (pois...); outros chamam estúpido a quem usa a bela construção «não há nada» — e há ainda quem corrija todos os pobres portugueses que dizem «queria um copo de água, por favor».

Ainda há uns dias atrevi-me a perguntar a uma senhora que corrigiu o meu «queria um sumo» se achava mesmo

que a expressão era erro. Resposta? «Claro! “Queria” está no passado! Se quer o sumo agora, tem de usar o presente.» Calei-me. Senti-me atropelado por esta lógica impecável. O que vale é que somos todos gente civilizada — e mesmo tendo eu feito o pedido no pretérito imperfeito, o sumo apareceu em cima da mesa no presente do indicativo. Pois, ontem, aconteceu-me esta: encontrei alguém que considera a expressão «voltar atrás» um exemplo do mau uso da língua portuguesa. Porquê? Porque, enfim, se estamos a voltar só podemos estar a voltar atrás. Logo, «voltar atrás» é um pleonasmo.

O que dizer perante isto? Podia começar a argumentar. «Ah, olha que não: eu posso voltar atrás, mas também posso voltar para casa dos meus pais, voltar para o país onde nasci...» Mas não vale a pena. A lógica da batata não morre à força de mais batatas.

O que posso antes dizer é isto: a expressão «voltar atrás» faz parte da nossa língua — e é tão portuguesa como:

«não há nada»
«para além disso»
«vou ali e já venho»
«da boca para fora»
«uma amiga minha»
«um sorriso nos lábios»
«tomar um café»
«um barco à deriva», etc.

Onde fui buscar esta lista? Já vi estas expressões condenadas sem apelo nem agravo por este ou aquele especialista instantâneo. O que estes especialistas fazem é isto: pegam num qualquer capricho de ocasião e alçam-no à categoria de facto da língua (ou então pegam no capricho de alguém que criou uma lista espertalhona e a enviou a todos os contactos).

E isso, meus caros, serve apenas para nos irmos irritando uns aos outros e para umas quantas almas sentirem no seu íntimo quão superiores são aos pobres falantes que dizem «voltar atrás» e «queria um copo de água».

Em conclusão: «voltar atrás» não é um erro de português. Aliás, experimentem lá tirar a palavra «atrás» das seguintes frases:

«Agora já não volto atrás.»
«Ele não volta atrás com o que prometeu!»
«Voltar atrás no tempo é impossível.»

Estas frases sem a palavra «atrás» são uma dor na língua, não são?

Toca a caçar os erros verdadeiros (que são muitos e variados) — mas que ninguém tente eliminar expressões inocentes da nossa língua só porque accordou maldisposto um belo dia.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| LEGAL

Brexit: entre Acordos como fica a Proteção Social?

info@abreuadvogados.com
<https://abreuadvogados.com>



A saga da saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE) chegou ao fim com a entrada em vigor em 1 de Fevereiro de 2020, do Acordo sobre a saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (AS), no âmbito do qual foi definido um período de transição até 31 de dezembro de 2020 (Período de Transição). Findo o Período de Transição, a relação entre o RU e a UE passou a regular-se pelo Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e a Comu-

nidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, por outro (ACC). Enquanto Estado Membro (EM) da UE a proteção social das pessoas singulares que trabalhavam no RU ou que se encontravam destacadas em EM da EU, sendo provenientes do RU, estava regulada no âmbito dos Regulamentos (CE) n.ºs 883/2004 e 987/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamentos). Aqui chegados, há que saber qual é o impacto do Brexit ao nível da Segurança Social, sendo cer-

to que garantir a estabilidade do regime de proteção social é essencial para assegurar a mobilidade dos trabalhadores e a globalização das relações de trabalho. O regime difere consoante, à data do termo do Período de Transição, os cidadãos da UE e do RU, estavam ou não abrangidos pelo AS: (i) se estavam continuarão a ser-lhes aplicados os Regulamentos; (ii) se não estavam, verão a sua situação, no que à proteção social respeita, ser regulada pelo ACC. Para este efeito, considera-se que estão abrangidos pelo AS: (i) cidadãos da UE que estejam sujeitos à legislação do RU e vice-versa (um português que reside e trabalha no RU ou vice-versa); (ii) cidadãos da EU que residam no RU e estejam sujeitos à legislação de um EM e vice-versa (podem ser exemplo trabalhadores transfronteiriços); (iii) trabalhadores destacados; (iv) apátridas e refugiados com residência legal na EU ou no RU; (v) os nacionais de países terceiros em determinadas circunstâncias. A aplicação dos Regulamentos a estes cidadãos tem um impacto significativo em termos de proteção social pois que os direitos já atribuídos de acordo com a legislação do RU ou de um EM manter-se-ão na esfera jurídica do beneficiário, assim como as respetivas obrigações. A título de exemplo: (i) totalização dos períodos contributivos (para o cômputo do período mínimo de garantia de uma determinada prestação serão considerados os períodos de garantia quer no EM, quer no RU; (ii) manutenção do pagamento da prestação de desemprego por via da exportação da prestação, a qual segue a legislação europeia em vigor a 31 de dezembro de 2020, independentemente de a situação constitutiva se verificar no RU ou num EM; (iii) nas situações de destacamento

para o RU, cujo termo seja posterior a 1 de janeiro de 2021, continuar-se-á a aplicar a legislação europeia em vigor a 31 de dezembro de 2020, mesmo em caso de prorrogação do destacamento. Diferentemente, o ACC, na vertente de que aqui se cuida, visa acautelar a proteção social dos cidadãos não abrangidos pelo AS. Assim, matérias como a assistência social e médica e as prestações familiares, passarão a ser analisadas à luz da coordenação bilateral entre os Estados envolvidos, o que pode significar para os trabalhadores e/ou beneficiários, um maior risco, por ficar a decisão de concessão de tais apoios nas mãos do acordo bilateral dos Estados. Igualmente, deixa de ser possível exportar prestações por invalidez e por desemprego sem o deferimento expresso da instituição de Segurança Social competente, prevendo-se dificuldades na concessão destas prestações nas situações transnacionais. No entanto e em sentido positivo para os beneficiários, aceitou-se a totalização dos períodos de garantia. Também quanto aos destacamentos, se optou por uma aproximação dos regimes, na duração prevista do destacamento (máximo de 24 meses) no motivo e na sujeição à legislação do Estado de origem, residindo a diferença na possibilidade de derrogação das regras gerais em matéria de Segurança Social por parte de um EM. Numa lógica de internacionalização do trabalho, esta disposição colide com uma rápida e eficiente coordenação entre sistemas de Segurança Social. Pese embora os EM tendam a aceitar as disposições do ACC, as condições para essa aceitação podem revestir-se de enormes entraves burocráticos, o que dificultará as situações de futuros destacamentos.



Madalena Caldeira
Abreu Advogados

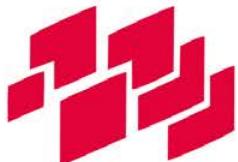


Francisco Rodeia Gomes
Abreu Advogados

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO



Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada



cisterdata
consulting

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.

DIREITO FISCAL

A suspensão da Justiça Tributária?

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

O governo apresentou uma proposta de lei na assembleia da república contendo diversas medidas, ditas excepcionais e temporárias, com vista a uma nova suspensão de prazos judiciais.

É difícil de justificar que não se tenham apreendido as lições retiradas do primeiro confinamento, em que a atividade judicial e arbitral esteve meses parada e, muito menos, no concreto, nada fácil agora de aceitar que não se evitem as consequências, nefastas e irreparáveis, que o governo, de novo, se prepara para determinar sem qualquer aprimoramento relevante.

A versão a que tivemos acesso não define o termo do regime proposto. A regra é a da suspensão dos prazos nos processos e procedimentos que corram nos tribunais administrativos e fiscais, no tribunal arbitral (CAAD) e nos órgãos de execução fiscal. Decidiu, também, o Governo restringir a suspensão dos prazos, em matéria tributária, como regra, à dedução de impugnação judicial e à apresentação de reclamação graciosa, de recurso hierárquico e de quaisquer outros procedimentos de idêntica natureza, bem como aos atos processuais ou procedimentais subsequentes. Estarão suspensos, ainda, os prazos do pedido de revisão oficiosa, da revisão

da matéria tributável, da correção de erros materiais, ou de segunda avaliação de um prédio, bem como (aqui também) os atos processuais ou procedimentais subsequentes. A restrição da aplicação da regra da suspensão a atos de natureza impugnatória implicará que os contribuintes devam continuar a praticar todos os outros nos prazos legais estipulados, não ocorrendo aqui qualquer suspensão. Não estarão, assim, suspensos, tal como no anterior confinamento, os prazos para o exercício do direito de audição, o de resposta a pedido de esclarecimentos ou para a apresentação de elementos em falta, a comunicação da afetação de prédios, o da formação do indeferimento (por exemplo, de reclamações graciosas ou recursos hierárquicos) ou do deferimento (por exemplo, de pedidos de informação vinculativa urgentes ou de reclamação contra pagamentos por conta) tácitos, nem para a inscrição como residente não habi-

tual. Também não estará suspenso nenhum procedimento de liquidação de impostos, nem de inspeção tributária, ou quaisquer outros atos praticados neste âmbito.

Do lado da Administração tributária, prevê-se que fiquem suspensos, apenas, os atos a realizar em sede de processo executivo, elencando-se (de forma não taxativa) as vendas, os concursos de credores, as entregas judiciais de imóveis, as penhoras e os seus atos preparatórios.

É caso para perguntar: afinal, de que serviu a desmaterialização dos processos e a informatização nos tribunais e dos processos tributários? E o SITAF? Por que razão não se conseguem os tribunais tributários transformar e adaptar definitivamente ao teletrabalho, às novas tecnologias e a novas formas de comunicar e de trabalhar? Porque não é o legislador quem cria um simples justo impedimento, legal e transitório, para as situações que exijam a presença física, concretamente identificáveis, sem que se suspenda por tempo indeterminado a Justiça tributária? E como se entende que sejam os próprios advogados, os solicitadores e os funcionários, judiciais e administrativos, a exigirem uma suspensão (tão) generalizada dos prazos judiciais?



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL

Pote de Ouro

Todos nós conhecemos da mitologia irlandesa a história do pote cheio de moedas maciças de ouro que se encontra no fim do arco-íris.

Muitas vezes os empresários estão sentados em cima de um pote de ouro, sem se aperceberem. Para o descobrir têm que olhar para o património da sua empresa com outros olhos, com outra perspectiva, e só assim verão o final do arco-íris, faltando só deitar a mão ao tesouro.

De todo o património de uma empresa, o património imobiliário é aquele que mais poderá surpreender quando olhado de outra maneira.

Um empresário de sucesso possuía uma fábrica, que não sabia como modernizar, pois não tinha os devidos recursos financeiros, no entanto, o local onde estava situada a sua fábrica era uma zona muito desejada pelos promotores imobiliários, devido à sua localização e à sua vista privilegiada para a cidade de Viana de Castelo, para a serra e para a foz do rio lima, e este era sem saber, o seu pote de ouro.

Durante um almoço num magnífico terraço de um restaurante com vista para a fábrica, o empresário partilhou a sua preocupação com o seu contabilista, que o desconsentou ao referir que não deveria perder tempo com a miragem de ajudas de bancos

ou de incentivos do estado, mas a concentrar-se naquilo que já tinha, convidando-o a reparar que se conseguia observar no horizonte um arco-íris intenso que por coincidência terminava na sua fábrica.

Ao longo da conversa, o empresário foi chegando à conclusão que se vendesse o terreno onde estava localizada a sua fábrica para um projeto imobiliário de luxo, ficaria com liquidez suficiente para reconstruir a sua fábrica, perto dali, maior, melhor, mais eficiente e com as últimas inovações tecnológicas, que permitiriam produzir mais, a custos menores e com maior respeito pelo ambiente. A solução para fazer evoluir a sua fábrica esteve sempre ali, bastou olhar para o fim do arco-íris.

Um empreendedor imobiliário que se encontrou com este empresário, referiu-lhe que não conseguia vender uma série de apartamentos, devido à crise imobiliária. O empresário convidou-o a ver o seu stock de apartamentos por outro prisma, e sabendo que o alojamento local proporcionava um elevado rendimento, sugeriu ao empreendedor imobiliário que transformasse os apartamentos em alojamento locais, uma vez que não os conseguia vender, o que mais uma vez parecia ser um pote de ouro.

Se esta conversa tivesse sido com o tal contabilista, este teria alertado que transformar apartamentos em alojamento local é o novo cancro das cidades, que atinge de forma impiedosa os seus bairros. Numa primeira fase esta solução parece ser muito rentável, mas se ele quiser vender apartamentos que tenha no mesmo prédio onde tem alojamentos locais, vai aperceber-se que ninguém quer viver ao lado de um alojamento local, pois os turistas que usam o alojamento local, geralmente desrespeitam a vizinhança ao transformarem os apartamentos em salas de convívio, discotecas ou salões de festa, sem se preocuparem com o mal-estar que infligem a todos os que vivem no prédio. Já os vizinhos vêem os duendes deste inferno serem renovados a cada dois ou três dias. O contabilista teria sugerido arrendamento de longa duração se o prédio é de uso familiar, só recomendando a solução de alojamento local se todos outros apartamentos do prédio fossem também destinados a alojamentos locais, porque neste caso não haveria problemas porque ficaria tudo entre duendes... Por esta e outras razões, não hesitem em almoçar mais vezes com o seu contabilista certificado.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata

A plataforma para unir
todos os lusodescendentes

AILD.PT



WWW.EIMIGRANTE.PT

A photograph showing a person from behind, looking out through a window at a panoramic view of a city with numerous red-tiled roofs. The scene is framed by dark window frames on the left and right sides.

VIVA A SUA REFORMA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE

AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO